



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.  
Programa de Pós-Graduação em Economia  
Mestrado Profissional em Economia e Gestão de Finanças Públicas

Vanilda de Oliveira Coelho

**Retorno Financeiro à Educação Superior da Universidade de  
Brasília: Análise a partir dos egressos de graduação.**

Brasília – DF  
2017

Vanilda de Oliveira Coelho

**Retorno Financeiro à Educação Superior da Universidade de  
Brasília: Análise a partir dos egressos de graduação.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia-PPGE- da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE) da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Economia e Gestão de Finanças Públicas.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Andrea Felipe Cabello

Brasília – DF

2017

**Vanilda de Oliveira Coelho**

**Retorno Financeiro à Educação Superior da Universidade de  
Brasília: Análise a partir dos egressos de graduação.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Programa de Pós-graduação em Economia do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (ECO/UnB), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia e Gestão de Finanças Pública:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Andrea Felipe Cabello - Orientadora  
Departamento de Economia – FACE/UnB

---

Prof. Dr. Jorge Madeira Nogueira- Membro Interno  
Departamento de Economia – FACE/UnB

---

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira-Membro Externo  
Departamento de Contabilidade- FACE/UnB

Dou graças a Deus, fonte inesgotável de sabedoria e paz, pela oportunidade dessa caminhada, pois sem Ele eu nada seria.

Dedico aos meus pais, Argentino e Ireni, que em suas formas simples e generosas de viver me ensinaram o quanto é importante perseguir meus sonhos com entrega, entusiasmo e alegria.

Ao meu marido, Daniel, pela compreensão, carinho, apoio incondicional nos momentos difíceis deste curso; quem sempre esteve na torcida por mais esta conquista.

Ao meu pequeno Pedro, criança inocente que gentilmente tolerou os momentos de ausência da mamãe, a quem sempre esperou com sorriso e abraço festivo, muitas vezes chegar tarde da noite, presente de Deus que várias vezes renovou minhas forças para superar o cansaço e seguir em busca de mais esse sonho.

## **Agradecimentos**

À minha família, que mesmo de longe, sempre torcem por mim e aos meus amigos, que de forma direta ou indireta, contribuíram nesta jornada. A vocês, todo meu amor e gratidão.

À professora Andrea Felipe Cabello, pela orientação, ensinamento e incentivo em prol da conclusão do presente estudo.

Aos professores Jorge Madeira Nogueira e Eduardo Tadeu Vieira, por comporem a banca examinadora e aceitarem o convite sem objeções.

Ao Departamento de Economia (ECO) da Universidade de Brasília, em especial, aos coordenadores e professores do curso que acreditaram no mestrado profissional para servidores da Universidade.

À Coordenadoria de Informações Gerenciais do DPO pela atenção e presteza na disponibilização dos dados.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.”

**Paulo Freire.**

## **Resumo**

O presente estudo teve por objetivo principal estudar o retorno financeiro à educação fornecido pela Universidade de Brasília, a partir da remuneração dos egressos de graduação, dos últimos 21 anos da Universidade de Brasília. Foram levantados os dados sobre formados em graduação pela UnB entre os anos de 1995 a 2015, com levantamentos junto à Relação Informações Sociais-RAIS- do Ministério do Trabalho e Emprego. Conclui-se que a remuneração aumenta ao longo dos anos e a diferença entre cursos tende a diminuir, sinalizando a boa qualidade do aluno oriundo da UnB, em qualquer área de atuação.

**Palavras Chaves:** Investimento em Educação; Capital Humano; Teoria Economia da Educação.

## **Abstract**

The present study had as main objective to study the returns of the education provided by the University of Brasília, from the remuneration of undergraduate students of the last 21 years University of Brasília. Data on graduates graduated by UnB between 1995 and 2015 were collected, with surveys from the Social Information-RAIS - of the Ministry of Labor and Employment. It is concluded that the remuneration increases over the years and the difference between courses tends to decrease, signaling the good quality of the student coming from UnB, in any area of performance.

**Keywords:** Investment in Education; Human capital; Theory Economics of Education.



## **Lista de Tabelas**

Tabela 1-Cursos com razão inserção na RAIS/formados superior a 1,00: .....	26
Tabela 2-Cursos com a razão inserção na RAIS/formados de até 1,00:.....	27
Tabela 3-Cursos que não apareceram na RAIS: .....	31
Tabela 4 -Demanda por vagas no Vestibular da UnB, média dos anos de 2014, 2015 e 2016. .....	47

## Lista de Gráficos

Gráfico 1-Tipo de Vínculo dos Egressos da UnB – de 1975 a 2015: .....	32
Gráfico 2- Distribuição dos Egressos por Unidade da Federação – de 1975 a 2015: .....	33
Gráfico 3 - Distribuição dos Egressos por Unidade da Federação sem o Distrito Federal – de 1975 a 2015: .....	34
Gráfico 4 – Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS, Média Ponderada por quantidade de formados - 1995 a 2000: .....	37
Gráfico 5- Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS, Média Ponderada por quantidade de formados - 2001 a 2005: .....	38
Gráfico 6- Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS, Média Ponderada por quantidade de formados - 2006 a 2010: .....	39
Gráfico 7- Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS, Média Ponderada por quantidade de formados - 2011 a 2015: .....	40
Gráfico 8- Desvio em Relação à Média da Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS - 1995 a 2000: .....	43
Gráfico 9- Desvio em Relação à Média da Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS - 2001 a 2005: .....	44
Gráfico 10- Desvio em Relação à Média da Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS - 2006 a 2010: .....	45
Gráfico 11- Desvio em Relação à Média da Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS - 2011 a 2015: .....	46
Gráfico 12- Cursos mais concorridos da UnB: Egressos (1995 a 2015) e ingressos na RAIS: .....	48
Gráfico 13-Remuneração média (pela RAIS) dos cursos mais concorridos da UnB – 1995 a 2015: .....	48

## **Lista de Abreviaturas**

UnB-Universidade de Brasília

RAIS- Relação Anual de Informação Social

FUB-Fundação Universidade de Brasília

MTE- Ministério Trabalho e Emprego

SENAES- Secretaria Nacional de Economia Solidária

CLT-Consolidação das Leis Trabalhistas

FGTS-Fundo de Garantia de Tempo de Serviços

PJ- Pessoa Jurídica

CESPE-Centro de Seleção Promoção e Eventos

CEBRASPE-Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

SiSU- Sistema de Seleção Unificada

FIES- Financiamento Estudantil

MEC-Ministério da Educação

PAS-Programa de Avaliação Seriada

DPO- Decanato de Planejamento e Orçamento

DAIG- Diretoria de Avaliações Informações Gerenciais

CIG- Coordenadoria de Informações Gerenciais

IFES-Instituição Federal de Educação Superior

IES- Instituição de Ensino Superior

REUNI- Restruturação e Expansão das Universidades Federais

PDI-Plano de Desenvolvimento Institucional

B- Bacharelado

L- Licenciatura

## Sumário

Introdução.....	12
Contextualização e Formulação do Problema.....	12
1. A Economia da Educação.....	15
1.1 A teoria do Capital Humano e a educação:.....	16
2. Universidade, Empregabilidade e o Retorno da Educação: elos no Brasil. ....	21
3. Métodos e Procedimentos da Pesquisa:.....	23
3.1 Contextualizações da RAIS.....	24
4. Análises dos Dados .....	26
4.1 Egressos, por área de formação, e empregabilidade, conforme a RAIS:.....	26
4.2 Tipo de vínculo empregatício: .....	31
4.3 Atuação por Unidade da Federação: .....	32
4.4 Renda média dos egressos:.....	36
4.4.1 Desvio da Média. ....	42
4.5 Cursos mais concorridos nos vestibulares da UnB e o retorno da educação.....	47
Considerações Finais.....	49
Referências .....	51
Apêndice.....	54

## **Introdução.**

### **Contextualização e Formulação do Problema.**

A literatura sobre retornos da educação é vasta e sinaliza os benefícios desse tipo de investimento, principalmente no longo prazo. A educação desempenha um papel de dar oportunidade e de aumentar as chances individuais de inserção no mercado de trabalho ou, em outros termos, de aumentar a empregabilidade e a remuneração dos indivíduos, num cenário em que o desemprego tecnológico parece que veio para ficar (CASTELLS, 1999). A qualificação profissional, entendida como requisito da empregabilidade vem se constituindo, no decorrer das últimas décadas, como importante desafio a ser enfrentado pelos profissionais que pretendem se inserir no mercado de trabalho. O debate, acerca das transformações em curso no mundo do trabalho, tem sido pautado pela ênfase nos novos perfis profissionais que passam a ser requeridos nesse novo contexto.

Nisto, a Universidade passa a ter um papel fundamental. Chaui (2003 p.05) define que: *“A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo”*. Assim, a Universidade deve ter a sensibilidade de observar o contexto social em que está inserida, sendo capaz de aplicar a teoria dos estudos desenvolvidos à prática social; ser comprometida com a realidade, e promover transformações sociais. Deve, ainda, preparar e aprimorar os conhecimentos técnicos dos alunos à realidade do mercado. Assim, assenta-se a importância de se analisar o retorno financeiro da educação no Brasil, no caso, do ensino superior.

A educação superior no Brasil é composta por instituições públicas e privadas. No Distrito Federal, de acordo com dados do e-MEC<sup>1</sup>, existem 70 instituições educacionais, das quais duas unidades de educação superior em âmbito público federal, 2 instituições públicas estaduais, 29 instituições privadas sem fins lucrativos e 37 entidades privadas que visam lucro. Isso demonstra que o ensino superior no Distrito Federal é constituído, em sua maioria, por instituições privadas com fins lucrativos, sendo a Universidade de Brasília - UnB a única Universidade pública federal.

---

<sup>1</sup> E-MEC é o sistema de tramitação eletrônica dos processos de regulação (Credenciamento e Recredenciamento de Instituições de Ensino de Superior - IES, Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos), regulamentados pelo Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br>.

A Universidade de Brasília hoje contempla diversas áreas de atuação acadêmica, tais como ciências exatas; ciências biológicas e da natureza; engenharias, arquitetura e urbanismo; ciências da saúde; ciências agrárias; ciências sociais aplicadas; ciências políticas e direito, ciências humanas; linguística, letras e artes. A UnB está inserida em um ambiente favorável, valendo-se de elementos positivos, como a localização estratégica na Capital Federal, a boa imagem institucional e a credibilidade conquistada ao longo de seus 55 anos de existência. Essas peculiaridades fazem com que os retornos do investimento em capital humano, feitos por meio dessa instituição, pareçam ser particularmente positivos e mereçam estudo. Neste sentido, procura-se então, mapear os retornos financeiro à educação a partir dos egressos UnB dos últimos 21 anos, buscando responder à seguinte pergunta: qual é o retorno financeiro à educação de graduação da Universidade de Brasília?

Na busca de resposta para essa pergunta de pesquisa têm-se como objetivos específicos verificar o número de graduados, por área de formação, entre os anos de 1995 a 2015; analisar como é a inserção na RAIS dos egressos por área de formação; destacar o tipo de vínculo empregatício; a dispersão geográfica dos egressos da UnB, por Unidade da Federação; analisar a renda média dos egressos por área e ano de formação e fazer uma análise comparativa entre os cursos mais concorridos nos vestibulares da UnB e suas relações com emprego e renda. Com isto, estrutura-se um retrato dos retornos da graduação da Universidade de Brasília nos últimos 21 anos.

O estudo com os egressos de graduação da UnB justifica-se pois busca verificar se a UnB tem atendido as demandas de profissionais requisitados no mercado de trabalho. Esse retorno é fundamental para medir a aderências dos cursos às necessidades do mercado de trabalho, para a formulação de políticas institucionais, para atestar os resultados do compromisso da UnB com a sociedade e orientar melhorias. Essas informações podem ainda motivar os alunos atuais, bem com os futuros ingressantes com a construção de uma imagem positiva da Universidade.

Os resultados também são importantes para a UnB e para os demandantes de ensino superior de uma forma geral, na medida em que a análise da aderência de inserção dos egressos no mercado de trabalho pode ser vista como uma variável correlacionada com a qualidade da formação desse egresso, além de mostrar quais áreas de formação tem mais adesão ao mercado de trabalho no Distrito Federal e do país como um todo.

O estudo foi realizado apenas com egressos de graduação já que os demais egressos, mestres e doutores, muitas vezes, já são profissionais alocados no mercado de trabalho que retornam à universidade para se especializarem. Além disso, a escolha de delimitar o estudo com os egressos de graduação da UnB dos últimos 21 anos, se deu pelo fato de se ter como proposta a verificação junto à Relação Anual de Informação Social (RAIS) do Ministério do Trabalho em Emprego (MTE) informações referentes aos graduados pela UnB que estão na ativa. O que não implica em dizer que os demais, que se formaram em anos anteriores à 1995, não estejam no mercado de trabalho, porém neste estudo, para melhor adequar a proposta pretendida optou-se por delimitar um período específico para facilitar as análises dos dados disponibilizados.

Este estudo contribuir, de certa forma, para o entendimento de como estão os cursos de graduação da UnB em relação às aderências às necessidades do mercado de trabalho do Distrito Federal, além de aferir os resultados do compromisso da UnB com a formação e qualificação para o exercício profissional do seu alunado.

Vale ressaltar que embora este estudo tenha a preocupação de analisar o retorno financeiro/demanda/inserção dos egressos da UnB no mercado de trabalho, sabe-se que a universidade também tem a missão de buscar a formação mais humana e social de seus alunos, contando com diversos cursos que buscam dinamizar os aspectos sociológico, humanitário e cidadania, ficando a questão do retorno financeiro em segundo plano.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão final. No capítulo um é apresentado o referencial teórico que aborda a teoria da economia da educação e teoria do capital humano. O capítulo dois a relação entre universidade, empregabilidade e retorno da educação. O terceiro capítulo os métodos e técnica de pesquisa, além da contextualização da RAIS. No quarto capítulo analisa, dentro do período em estudos, a evidenciação e aplicação dos resultados.

## 1. A Economia da Educação.

Na visão de Castells (1999) e Lemos (2009), a educação tem um papel econômico na sociedade, sendo vista, não só como propulsor do desenvolvimento econômico, mas também como combustível para aumentar as chances individuais de inserção no mercado de trabalho e de aumentar a empregabilidade dos indivíduos, num cenário de desemprego. A rápida expansão dos sistemas educacionais nas economias capitalistas e socialistas e a importância que passou a ser atribuída à educação como fator de integração social e de propulsão do desenvolvimento econômico criaram as condições para o surgimento, entre as décadas de 1950 e 1960, estudos e pesquisa sobre os aspectos econômicos da educação.

A economia da educação e a teoria do capital humano buscam explicar as relações entre educação e desenvolvimento. Um dos pioneiros nesse tipo de investigação científica foi Theodore Schultz entre os anos 50 e 60. Ele pretendeu rever os conceitos clássicos de capital e trabalho, argumentando que não se tratavam de fatores imutáveis, pois o trabalho podia configurar-se em recurso maleável, capaz de fazer crescer a economia, na medida em que se valorizava, mediante investimentos em educação. Assim, o crescimento econômico está estreitamente ligado ao nível de educação de um povo, sendo a educação um importante fator de produção.

Para Schultz (1967), assim como para Lemos (2009), por meio do investimento em educação, as pessoas adquirem capacidades e as habilidades, passam a ter melhores trabalhos e melhores remunerações. Isso faz com que elas exerçam influência na acumulação de capital, além de alterarem as estruturas dos padrões de consumo e elevar o nível sociocultural. Assim, a educação é vista como um investimento que eleva a produtividade e os ganhos dos trabalhadores, além de alterar o padrão de vida dos indivíduos e impulsionar o desenvolvimento econômico.

A economia da educação fornece uma explicação para as diferenças no nível de desenvolvimento entre as nações capitalistas e rendimentos entre os indivíduos. Os diferentes estoques de capital educacional justificam, assim, essas diferenças, constituindo-se em receituário para a saída do subdesenvolvimento. Desta maneira:

“O processo de escolaridade é interpretado como um elemento fundamental na formação do capital humano necessário para garantir a capacidade competitiva das economias e, conseqüentemente, o incremento progressivo da riqueza social e da renda individual.” (GENTILI, 2001 apud LEMOS, 2009, p.371)



Para Frigotto (2001), a visão econômica da educação contribuiu com a ideia de que a integração social e profissional do indivíduo se dá à medida que ocorre investimento em educação e qualificação apostando no desenvolvimento do capital humano como uma forma de contribuir com a condição de empregabilidade.

“A educação formal e a qualificação são situadas como elementos da competitividade, reestruturação produtiva e da empregabilidade [...] a empregabilidade se refere à aposta na educação básica e na qualificação profissional como saída para a crise de desemprego que afeta boa parte das economias capitalistas na atualidade”. (FRIGOTTO, 2001, p. 15)

Assim, pressupõe que investimentos em educação e em formação profissional são elementos que “desenvolvam habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para gestão da qualidade e, conseqüentemente, para a empregabilidade” (FRIGOTTO, 2001, p. 45).

O autor também identifica nesse conceito a tentativa de deslocar para o plano individual aquilo que, até recentemente, era responsabilidade social: o emprego. Na noção de empregabilidade está implícita a ideia de que o indivíduo é responsável pela própria formação e obtenção de trabalho. Através do trabalho que o indivíduo busca o retorno financeiro dos investimentos aplicados em educação. Para Frigotto (2001), há uma violência ideológica nessa concepção, pois a valorização da formação profissional e a oferta da escola de qualidade total levam os indivíduos que não lograram obter trabalho a interpretarem seu insucesso como incompetência.

### **1.1 A teoria do Capital Humano e a educação:**

De acordo com Schultz (1964), o investimento básico no ser humano se dá por meio da educação. As pessoas valorizam as suas capacidades, tanto como produtores, quanto como consumidores, pelo investimento que fazem em si mesmas. A educação é a melhor forma de se investir em capital humano, pois, além de produzir a instrução, ela progride nos conhecimentos, por meio da pesquisa. A instrução pode produzir e causar benefícios no presente ou no futuro, sendo vista como um investimento que afeta tanto as futuras despesas quanto as futuras rendas, se assemelhando a investimentos em outros bens de produção. Sempre que a instrução, associada à educação, eleva as rendas futuras, há uma ampliação da produtividade, considerando-se como resultado do investimento em capital humano.

Em Schultz (1973), investimentos em capital humano determinam as futuras perspectivas da humanidade, sendo fatores decisivos de produção para a melhoria do bem-estar das pessoas pobres. Os avanços em conhecimentos melhoram significativamente as perspectivas econômicas e o bem-estar das pessoas menos favorecidas, impactando numa melhor condição de vida para toda a sociedade. De acordo com Schultz (1987), a educação é vista não somente como um determinante do crescimento e progresso econômico, mas também como uma geradora de externalidades positivas para a sociedade, pois alavanca maior consciência ao indivíduo seja de caráter político, ético, moral ou social, minimizando fatores de risco à população e proporcionando maior bem-estar coletivo.

Para Viana e Lima (2010), há uma conexão entre investimento em capital humano e o valor econômico do ser humano, uma vez que, quanto mais investimentos em educação, maior a tendência de incremento de sua produtividade, refletindo em maiores rendimentos, maior eficiência, influenciando na dinâmica e no desempenho do crescimento econômico. Diante desses apontamentos, torna-se possível perceber que a educação pode oferecer externalidades positivas diretas e indiretas na economia. A externalidade direta refere-se aos efeitos dos maiores rendimentos do indivíduo proporcionando, num caráter coletivo, maior crescimento econômico. Enquanto a externalidade indireta pode vir a proporcionar maior equidade e justiça social.

Para Becker (1993), é mais fácil quantificar o lado monetário, bem como os resultados ou benefícios advindos do capital humano. Porém, há outros aspectos a considerar, pois a educação promove resultados positivos na área da saúde, por exemplo, uma vez que indivíduos mais instruídos tendem a desenvolver atividades de prevenção a doenças. Há, também, resultados positivos no nível de democracia da sociedade, fazendo com que os indivíduos interajam de forma mais consciente com seus governantes e com maior conhecimento de políticas. Enfim, a educação propicia resultados positivos tanto no contexto econômico, quanto no político, social e cultural.

Neste sentido, Klaus (2014) entende que com a teoria do capital humano o desenvolvimento passa a ser medido não somente pelo capital físico, mas pelo capital investido nas pessoas, ou seja, o crescimento precisa ser medido não apenas quantitativamente, mas qualitativamente no modo de vida da população. A educação, assim como a saúde, a cultura e outros passam a serem vistos como um investimento, e não como um gasto. É preciso fazer investimentos no capital humano, tendo ênfase não

somente em poupar, entesourar, mas em investir para obter retornos futuros em qualidade de vida.

Dessa forma, como observa Bartalotti (2007), a partir da teoria do capital humano, a demanda por educação passou a ser um campo de pesquisa central dentro da economia do trabalho. Com isso, quanto maior o “estoque” de capital humano de um trabalhador, maior será sua remuneração, que tem o valor definido pelo preço da capacidade produtiva, no mercado de trabalho. A educação é investimento em capital humano que gera melhoria na capacidade do trabalhador, aumenta a produtividade e possibilita mais retorno financeiro.

Já para Menezes-Filho (2001), a decisão de investimento em capital humano parte do indivíduo, fatores como renda, perspectiva de empregabilidade, taxa de retorno, status associado à carreira ou vocação fazem parte do processo de decisão individual. Espera-se que uma pessoa escolha a carreira que lhe proporciona o maior fluxo esperado de utilidade dentre todas as opções. Na literatura sobre o tema, a renda e a taxa de retorno recebem papel de destaque.

Neste sentido, a demanda por educação dos indivíduos segue o objetivo de maximizar os fluxos de rendimento ao longo da vida ou, de maneira mais ampla, maximizar a utilidade futura. A decisão de investir em educação é tomada comparando o fluxo de rendimentos esperados, excluídos os custos associados à sua aquisição, com o valor presente da renda esperada ao não fazer o investimento.

Assim, a educação é importante tanto na análise econômica que contabiliza apenas o capital físico quanto no tipo de análise econômica que considera o capital humano como um fator primordial na qualidade da população. Há, no entanto, críticas ao enfoque. Por exemplo, para López-Ruiz (2007) a teoria do capital humano unifica o trabalho à pessoa do trabalhador, sendo entendida como capital, de forma que tudo é considerado capital e todos, capitalistas. A teoria do capital humano aparece dentro do mundo das organizações e do management corporativo a partir dos discursos sobre a emancipação do trabalhador da organização.

Deve-se considerar ainda que as mudanças políticas e econômicas, das últimas décadas, estimularam o debate sobre as relações entre desenvolvimento de habilidades, a empregabilidade, o retorno da educação e o currículo de ensino superior. Além disso, o aumento no número de estudantes ingressantes em universidades mudou a composição do corpo estudantil. Assim, as universidades começaram a se preocupar em atender às exigências que o ingresso dos novos alunos trazia, em termos de provisão de

habilidades. Muitos deles precisavam desenvolver tanto as habilidades de estudo quanto habilidades básicas.

Zulauf (2006) enfatiza a necessidade de formar graduados com habilidades acadêmicas e profissionais que incluem competências, posturas e valores, capazes de ajudar a revitalizar a economia, mas para isto, antes, os graduandos devem estar aptos e preparados para inserção no mercado de trabalho. Neste cenário, as metas e os resultados da educação superior foram redefinidos, tendo como meta básica, ainda de acordo com Zulauf (2006), “o ensino das habilidades que contribuem para a sociedade e para o desenvolvimento da mente do indivíduo” e “o resultado do ensino superior tem que ser o desenvolvimento do conhecimento, da compreensão e de habilidades específicas, cognitivas e básicas”. (ZULAUF, 2006, p. 05 e 06).

O ensino de habilidades deve atender às necessidades da economia e do indivíduo. Todas as mudanças sejam científicas, tecnológicas ou econômicas, precisa de um ensino que focaliza habilidades pessoais e intelectuais transferíveis, valorizadas pela indústria, comércio, profissionais, e administração pública e social. Os graduados precisam estar “em sintonia com a cultura empresarial, cientes das necessidades da indústria e do comércio, devem saber aprender e ter alguma experiência do mundo do trabalho”, (BENNET ET ALL, 2000, *apud* ZULUAF, 2006, p. 129).

Outro aspecto importante é a demanda crescente por mão de obra cada vez mais especializada. Surge, então, a necessidade de se atender a qualificação que o mercado exige. O ensino superior passa a exercer o papel fundamental nesta relação, uma vez que a especialização que o mercado requer vem da qualificação adquirida por meio da educação superior em diferentes níveis. Há uma relação direta entre colocação no mercado de trabalho e aprimoramento acadêmico, quanto maior a dedicação dispensada à educação, maior será o número de possibilidades profissionais que o indivíduo apresentará. Para Godim (2002), a educação, ao qualificar os trabalhadores, pode vir a contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

A qualificação e o aperfeiçoamento da população, advindos do investimento em educação, elevam a produtividade dos trabalhadores e os lucros dos capitalistas, impactando na economia como um todo. Para Almeida e Pereira (2000), a melhoria do nível de educação ou de habilidades dos trabalhadores, adquiridas por meio de treinamento ou de conhecimentos específicos, são fatores importantes para o crescimento econômico. O investimento em educação, ao aumentar a qualidade da força de trabalho, propicia ganhos de produtividade e o aumento da criação de postos de

trabalho de melhor qualidade, conduzindo ao crescimento econômico. A percepção de que a educação é investimento e que a capacidade produtiva do trabalho é um meio de aumento de produção.

Tanto para Pessoa et all (2008) como para Menezes-Filho (2001), o investimento em educação é extremamente rentável, pois para cada ano investido em escolaridade há um aumento médio em torno de 12% a 14% no nível salarial do trabalhador. Isto reforça a preocupação de retorno do investimento em educação, pois qualifica o trabalhador, potencializa o crescimento econômico e dá chance individuais de acesso a melhor qualidade de vida.

No Brasil, tem-se observado o aumento de acesso ao ensino superior, o que representa aumento de número de pessoas que estão preocupados em investir educação e em qualificação. Isto se dá tanto por iniciativas governamentais, por meio dos programas de expansão de educação superior - Prouni, FIES, SISU, REUNI-, dentre outros, como também por iniciativa pessoal. A população começa a observar que o fator educação representa um investimento e ganho de capital humano.

Assim, a qualificação do trabalhador adquirida pelo capital educacional potencializa o crescimento econômico, dá chances individuais de acesso a melhores postos de trabalho, contribui para maior produtividade, além de melhorar a remuneração recebida. Todavia, Ehrenberg (2004) *apud* Bartalotti (2007) afirma que os trabalhos sobre a escolha por determinada carreira são menos difundidos:

“Estudantes precisam decidir não apenas qual universidade frequentar, mas também que áreas específicas estudar e que carreira entrar. Não surpreendentemente, as escolhas de cursos dos estudantes são fortemente influenciadas pelas oportunidades econômicas nas ocupações para as quais um curso os preparam, pelas condições não-pecuniárias de emprego nestas ocupações, pela sua aptidão acadêmica e pela composição de gênero das pessoas que já exercem esta ocupação. ”  
(EHERENBERG, 2004 *apud* BARTALOTTI, 2007, p. 490).

Para Narita e Fernandes (2001), embora a teoria do capital humano preveja que os retornos associados ao curso superior sejam consideráveis mesmo para trabalhadores que não desempenham funções típicas de sua carreira, já que o ensino superior aumenta sua produtividade de maneira geral, mesmo assim, a análise da diferença da taxa de retorno para diferentes ocupações, em algumas carreiras influencia fortemente as decisões de investimento dos estudantes naquela ocupação específica, visto que, talvez, a taxa de retorno fosse mais enfática para tarefas específicas à sua profissão.

Bartalotti (2007), fatores mais subjetivos também influenciam nas escolhas das carreiras. O status que uma carreira proporciona pode ser decisivo na escolha do curso superior, como por exemplo, graduados em cursos tradicionais como Direito, Medicina e Engenharia gozam de certas “vantagens” associadas às prerrogativas de suas carreiras, visto o status ou prestígio, que elas proporcionam. Isto faz com que muitos optem por seguir umas destas profissões.

Ainda segundo Bartalotti (2007), outro fator individual na opção de graduação é a vocação do indivíduo. As pessoas apresentam diferentes mapas de preferências e, neles, cada indivíduo escolhe a combinação de atividades que maximiza sua utilidade. Dentre as atividades a serem definidas estão as profissionais e, portanto, quanto mais próximo à indiferença entre duas carreiras uma pessoa estiver, maior deve ser a relevância de fatores como a renda esperada na sua escolha.

## **2. Universidade, Empregabilidade e o Retorno da Educação: elos no Brasil.**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996) dispõe que as Instituições de Ensino Superior- IES- devem pautar-se nas Diretrizes Curriculares para organizar seus programas de formação de acordo com os objetivos e demandas existentes na sociedade. Tendo como objetivo principal das IES promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para os exercícios de atividades produtivas.

Medeiros (2006) complementa que as Instituições de Ensino Superior têm autonomia para construir um modelo pedagógico no qual determinem as competências e as habilidades que desejam desenvolver para atender às demandas da sociedade, baseando-se na premissa de que o papel da educação superior é o de “formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em diversos setores profissionais”.

Somado a isto, o atual discurso político e econômico considera que a relação entre universidade e empregabilidade está na responsabilidade da instituição de ensino superior em capacitar os alunos para competitividade do mercado de trabalho; por esse motivo, a formação superior tem servido como um importante mecanismo para desenvolver habilidades e conhecimentos técnicos e específicos necessários ao desenvolvimento da empregabilidade. Além do mais, ainda segundo Medeiros (2006),

os graduados em ensino superior esperam não só conseguir bons conhecimentos técnicos para o emprego, mas também ter condições de obter colocação no mercado de trabalho com uma boa remuneração salarial.

Pensando assim, o estudante, ao entrar em uma universidade deve cuidar da sua formação, está preocupado em adicionar atributos ao seu perfil profissional, implementar ações para desenvolver habilidades e buscar conhecimentos favoráveis, com vistas a conseguir uma colocação no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. A colocação dos egressos do ensino superior no mercado de trabalho é fundamental para o desenvolvimento da sociedade, pois os valores, visões e conhecimentos adquiridos durante a graduação possibilitam, a partir das interações no mundo do trabalho, brotar novas ideias, criar pensamentos que impactam e contribuem para o crescimento socioeconômico da sociedade.

Neste sentido, a transição da universidade para o mercado de trabalho constitui uma preocupação central das universidades, que procuram responder a este desafio, com monitorização contínua de seus cursos através de avaliação dos mesmos, com adequação das grades curriculares às exigências colocadas pelo acesso à empregabilidade, com avaliação dos empregos dos seus egressos e com disponibilização de informação sobre oportunidades de emprego. As universidades procuram fomentar a empregabilidade dos seus formandos, aproximando empregadores dos jovens graduados. Assim os novos graduados obtêm a oportunidade de entrar no mercado de trabalho, obter renda e fazer com que o retorno financeiro dos investimentos em educação ocorra.

Por fim, ensinar a solucionar problemas, tomada de decisão e trabalho em equipe são fatores-chave na preparação vocacional dos estudantes para um ambiente de trabalho de alta performance. A chave para uma maior empregabilidade é a maneira como um ambiente prepara as pessoas para outro ambiente. Assim, a empregabilidade do indivíduo pode ser potencializada por uma educação que ofereça conhecimento disciplinar, habilidades disciplinares e genéricas e consciência do ambiente de trabalho que o indivíduo almeja obter após conclusão do ensino superior.

### **3. Métodos e Procedimentos da Pesquisa:**

O lócus da nossa pesquisa é a Universidade de Brasília (UnB) – Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) com sede em Brasília, Distrito Federal, composta pelos quatros campi. Segundo Plano Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2017 da UnB, a instituição conta com 119 cursos de graduação, entre cursos com habilitação em bacharelado e licenciatura. Do total, 107 cursos são cursos presenciais e 12 à distância. Em termos de pós-graduação, a UnB conta com 86 cursos de mestrado e 66 cursos de doutorado.

Conforme o Censo Escolar de 2014 a UnB conta com 34.506 alunos regulares registrados nos cursos de graduações na modalidade presencial, entre turnos integrais e noturnos, além dos 1.866 matriculados em cursos de longa distância. Destes alunos, 3.733 dos cursos presenciais e 289 dos cursos de longa distância concluíram a graduação em 2014. Sendo assim, a UnB disponibilizou, em 2014, para a sociedade, 4.022 novos profissionais de graduação que se inseriu no mercado de trabalho.

Dessa população de alunos, nossa análise concentra-se nos graduados pela UnB entre os anos de 1995 a 2015 dentre os diversos cursos oferecidos pela universidade à população do DF e a região central do Brasil, como um todo.

Os dados analisados, tanto os referentes à graduação da UnB quanto aos da RAIS, foram disponibilizados pela Coordenadoria de Informações Gerenciais – CIG, da Diretoria de Avaliação e Informações Gerenciais – DAI, do Decanato de Planejamento e Orçamento – DPO da UnB-. No ano de 2015 foi firmado o Convênio nº 001/2005/FUB/MTE/SENAES entre a Fundação Universidade de Brasília - FUB e Ministério do Trabalho e Emprego - MTE a fim de efetuar consultas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Neste caso foi possível ter acesso aos dados do registro dos empregos dos egressos da UnB que estão inseridos na RAIS através das informações fornecidas pelo DPO.

Nosso estudo é exploratório, pois possibilita uma relação entre o tema estudado e desenvolvimento de hipóteses levantadas. Na interpretação dos dados coletados foram utilizadas funções estatísticas descritivas, médias ponderadas e desvio padrão da média nas análises das variáveis estudadas buscando esclarecer o objeto em estudo. Para essa análise definiu-se por agrupar os egressos por curso, sem diferenciação dos turnos (noturno e integral), visto que é possibilitado aos estudantes cursar determinada matéria no turno que melhor lhes convêm, o que permite ter aluno matriculado no período



integral cursando matéria do curso noturno, ou vice e versa. Os cursos com habilitação em bacharelados foram identificados no trabalho por (B) e os de licenciaturas em (L). Para as análises dos dados, foram considerados 120 cursos de graduação visto que Esquema I (curso de formação pedagógica que tinha o objetivo habilitar profissionais portadores de diploma de graduação para o exercício de magistério) aparece como curso que obteve egressos entre os anos de estudos, porém hoje, já não mais faz parte da grade de cursos ofertados pela UnB.

### **3.1 Contextualizações da RAIS.**

A RAIS é um relatório de informações socioeconômicas que é solicitado, anualmente, pelo Ministério do Trabalho e Emprego às pessoas jurídicas e outros empregadores. Foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 2 de dezembro de 1975, e tem como objetivo suprir as necessidades de controle da atividade trabalhista no país, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

Os dados coletados pela RAIS constituem expressivos insumos para atendimento das necessidades de legislação da nacionalização do trabalho; de controle dos registros do FGTS; dos sistemas de arrecadação e de concessão e benefícios previdenciários; de estudos técnicos de natureza estatística e atuarial; além da identificação do trabalhador com direito ao abono salarial PIS/PASEP.

Segundo o Manual de Orientação RAIS e também pela a Portaria de Nº 1.464, de 30 de dezembro de 2016 do MTE, devem declarar a RAIS os inscritos no CNPJ com ou sem empregados – o estabelecimento que não possuiu empregado ou manteve suas atividades paralisadas durante o ano-base está obrigado a entregar a RAIS Negativa-; todos os empregadores, conforme definidos na CLT; pessoas jurídicas de direito privado, empresas individuais, cartórios extrajudiciais, consórcios de empresas, condomínios, sociedades civis, empregadores urbanos e rurais pessoas físicas que mantiveram empregados no ano-base; órgãos da administração direta e indireta dos governos federal, estadual ou municipal; filiais, agências, sucursais, representações ou quaisquer outras formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior.

Devem estar relacionados na RAIS empregados contratados por empregadores, pessoa física ou jurídica, sob o regime da CLT, por prazo indeterminado ou determinado, inclusive a título de experiência ou temporários; servidores públicos efetivos e não efetivos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como das fundações supervisionadas; trabalhadores avulsos (aqueles que prestam serviços de natureza urbana ou rural a diversas empresas, sem vínculo empregatício, com a intermediação obrigatória do órgão gestor de mão-de-obra ou sindicatos da categoria); empregados de cartórios extrajudiciais; trabalhadores regidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural; menor aprendiz; servidores e trabalhadores licenciados; servidores públicos cedidos e requisitados e dirigentes sindicais.

Conforme o Manual de Orientação da RAIS não deve estar relacionado na RAIS diretores sem vínculo empregatício para os quais não é recolhido FGTS; autônomos; eventuais; ocupantes de cargos eletivos (governadores, deputados, prefeitos, vereadores, etc.), a partir da data da posse, desde que não tenham feito opção pelos vencimentos do órgão de origem; estagiários; empregados domésticos e cooperados ou cooperativado.

Neste contexto, a RAIS é resultado de uma parceria, onde todos os agentes têm um papel relevante na geração de informações fidedignas sobre o mercado de trabalho, cuja confiabilidade dos dados é de responsabilidade de todos os atores envolvidos. Segundo o Manual de Orientação da RAIS ano base 2016, a RAIS, com transcorrer do tempo, foi se tornando uma das fontes estatísticas mais confiáveis sobre o mercado de trabalho formal no país. Este registro administrativo constitui referência nacional e internacional.

## 4. Análises dos Dados

### 4.1 Egressos, por área de formação, e empregabilidade, conforme a RAIS:

A UnB formou, entre os anos de 1995 a 2015, 67.113 alunos de graduação em diferentes cursos oferecidos. Quando se considera todos os egressos da UnB ao longo de sua existência há 94.994 formados, conforme Anuário Estatístico de 2016.

Do total dos egressos de 1995 a 2015, os dados mostram que 34.622 tiveram registro na RAIS, ou seja, 52% ingressaram no mercado de trabalho formal, como empregados com carteira assinada ou com vínculo em serviço público. Quando se observa o registro na RAIS, sem delimitação de tempo, nota-se que há 50.256 registros de egressos da UnB que efetivamente estão ativos no mercado de trabalho com registro em RAIS. Ou seja, a presença de egressos da UnB naquela base de dados é muito maior do que a amostra que consideramos aqui.

Para as análises que se seguem, foram destacados somente os egressos de 1995 a 2015, por curso de formação, por ser este o período de estudo proposto para o trabalho. Neste primeiro momento, optou-se por dividir os cursos por aderência ao mercado de trabalho, ou seja, por razão inserção na RAIS/formados. Esses são os dados das tabelas 1, 2 e 3: cursos que apresentam razão superior a 1,00 (mais de 100% de formados registrados na RAIS) - tabela 1; cursos com razão até 1,00 - tabela 2 e cursos que não apareceram com inserção de egressos na RAIS, ou seja, razão 0,00 - tabela 3.

**Tabela 1-Cursos com razão de inserção na RAIS/formados superior a 1,00:**

	<i>Curso</i>	<i>Formados entre 1995 a 2015</i>	<i>Ingressos na RAIS</i>	<i>RAIS em porcentagem</i>
1	Educação Física (B)	3	15	5,00
2	Física Computacional (B)	21	51	2,42
3	Letras-Língua Estrang. Aplicada. (B)	20	47	2,35
4	Letras-Tradução Espanhol (B)	45	96	2,13
5	Química Tecnológica (B)	14	28	2,00
6	Gestão de Saúde Coletiva (B)	48	79	1,64
7	Turismo (B)	31	49	1,58
8	Ciências Naturais (L)	262	381	1,45
9	Letras-Francês (B)	47	62	1,31
10	Engenharia Automotiva (B)	29	38	1,31
11	Computação (L)	361	473	1,31
12	Engenharia Ambiental (B)	17	22	1,29

13	Ciências Ambientais (B)	48	61	1,27
14	Letras-Japonês (L)	177	219	1,23
15	Gestão do Agronegócio (B)	253	311	1,22
16	Engenharia de Produção (B)	45	54	1,20
17	Educação do Campo (L)	169	197	1,16
18	Geofísica (B)	38	44	1,15
19	Engenharia de Computação (B)	33	37	1,12
20	Filosofia (L)	193	207	1,07
	<b>Total</b>	<b>1.854</b>	<b>2.471</b>	

Fonte: RAIS ano base 2016. Elaboração da autora

Na tabela 1, há vinte cursos com razão inserção na RAIS/formados superior a 1,00. Neste caso, há mais profissionais contratados no mercado de trabalho, para as áreas específicas, dentro do período em análise, do que egressos da UnB nos referidos cursos. O grande número de inserção na RAIS é reflexo de alta demanda do mercado de trabalho, neste caso, havendo demanda maior que a oferta é, portanto, prováveis incentivos para que os egressos busquem se especializarem em áreas que sejam correlatas à formação principal e passam a terem condições de se candidatarem as vagas com maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Os altos números informados na RAIS são indicadores de que pode haver formados de cursos afins atuando no mercado de trabalho em áreas similares.

O curso com maior porcentagem de egressos com inserção na RAIS é educação física-bacharelado com razão inserção na RAIS/formados de 5,00. Segundo informação constante no site da faculdade de Educação Física da UnB, o curso de bacharelado em educação física foi criado em 2011, com a primeira turma de alunos no 1º semestre de 2012, com os primeiros egressos sendo do ano de 2015. Neste caso, pode-se concluir que há egressos de outros cursos correlatos da UnB que se especializaram e se colocaram no mercado de trabalho em tal especialidade. Assim como o curso de educação física (B), os outros cursos acima relacionados também são cursos em que há provavelmente egressos de outros cursos de áreas correlatas da UnB que buscaram se especializar para suprir a demanda do mercado.

**Tabela 2-Cursos com a razão de inserção na RAIS/formados menor que 1,00:**

	<i>Curso</i>	<i>Formados entre 1995 a 2015</i>	<i>Ingressos na RAIS</i>	<i>RAIS em porcentagem</i>
1	Matemática (L)	787	765	0,97
2	Matemática (B)	192	181	0,94

3	Museologia (B)	48	45	0,93
4	Física (L)	552	506	0,91
5	Gestão Ambiental (B)	128	117	0,91
6	Engenharia de Redes de Comunicação (B)	595	524	0,88
7	Saúde Coletiva (B)	191	167	0,87
8	Ciências Sociais (B)	306	263	0,85
9	Engenharia Mecatrônica (B)	482	404	0,83
10	Letras-Espanhol (L)	493	410	0,83
11	Farmácia (B)	131	108	0,82
12	Engenharia de Software (B)	88	69	0,78
13	Música (L)	46	36	0,78
14	Letras-Português do Brasil como Segunda Língua/Línguas de Sinais (L)	369	287	0,77
15	Artes Cênicas (L)	179	135	0,75
16	Letras-Tradução Francês (B)	96	72	0,75
17	Terapia Ocupacional (B)	171	128	0,74
18	Química (L)	574	428	0,74
19	Gestão de Políticas Públicas (B)	116	84	0,72
20	Estatística (B)	499	353	0,70
21	Ciências Contábeis (B)	2159	1515	0,70
22	Engenharia Elétrica (B)	1076	739	0,68
23	Ciências Farmacêuticas (B)	717	490	0,68
24	Pedagogia (L)	2788	1888	0,67
25	Engenharia de Energia (B)	99	67	0,67
26	Fisioterapia (B)	105	71	0,67
27	Engenharia Mecânica (B)	916	610	0,66
28	Comunicação Organizacional (B)	95	63	0,66
29	Letras-Inglês (B)	169	110	0,65
30	Serviço Social (B)	904	580	0,64
31	Arquivologia (B)	1165	735	0,63
32	Ciência da Computação (B)	779	471	0,60
33	Engenharia Florestal (B)	855	516	0,60
34	Biblioteconomia (B)	1120	659	0,58
35	Enfermagem (B)	1031	604	0,58
36	Pedagogia para Prof. em Início de Escolarização (L)	3138	1760	0,56
37	Ciência Política (B)	1125	615	0,54
38	Geologia (B)	539	292	0,54
39	Agronomia (B)	1060	574	0,54
40	Ciências Econômicas (B)	1169	626	0,53
41	Administração	3209	1697	0,52
42	Engenharia Eletrônica (B)	89	47	0,52
43	Engenharia Civil (B)	1293	672	0,51
44	Geografia (B)	767	396	0,51
45	Química (B)	876	446	0,50
46	Letras-Francês (L)	182	92	0,50
47	Física (B)	277	140	0,50
48	Direito (B)	2244	1128	0,50

49	Letras-Tradução Inglês (B)	565	284	0,50
50	Comunicação Social-Jornalismo (B)	1037	519	0,50
51	Artes Plásticas (L)	428	210	0,49
52	Artes Cênicas (B)	268	131	0,48
53	Educação Artística-Cênicas (L)	453	219	0,48
54	Educação Física (L)	1318	633	0,48
55	Letras-Português (L)	1733	810	0,46
56	Letras-Inglês (L)	361	168	0,46
57	História (B)	814	371	0,45
58	Medicina Veterinária (B)	656	293	0,44
59	Filosofia (B)	263	111	0,42
60	Nutrição (B)	889	365	0,41
61	Comunicação Social-Public. Propag. (B)	793	321	0,40
62	Relações Internacionais (B)	1517	612	0,40
63	Música (B)	247	95	0,38
64	Artes Plásticas (B)	478	179	0,37
65	Música-Canto (B)	20	7	0,35
66	Comunicação Social-Audiovisual (B)	191	66	0,34
67	Ciências Biológicas (B)	1794	584	0,32
68	Medicina (B)	1401	430	0,30
69	Letras-Português (B)	637	187	0,29
70	Ciências Sociais (L)	565	164	0,29
71	Ciências Biológicas (L)	1316	379	0,28
72	Biotecnologia (B)	35	10	0,28
73	Arquitetura e Urbanismo (B)	1245	354	0,28
74	Desenho Industrial-Prog. Visual (B)	555	157	0,28
75	Música-Composição (B)	45	12	0,26
76	Música-Regência (B)	34	9	0,26
77	Comunicação Social	53	14	0,26
78	Ciências Sociais-Antropologia (B)	486	120	0,24
79	Odontologia (B)	764	182	0,23
80	História (L)	664	158	0,23
81	Desenho Industrial-Proj. Produto (B)	205	48	0,23
82	Ciências Sociais-Sociologia (B)	447	101	0,22
83	Psicologia (B)	2511	539	0,21
84	Educação Artística (B)	125	25	0,20
85	Pedagogia (B)	1264	216	0,17
86	Esquema I	92	10	0,10
87	Geografia (L)	662	57	0,08
88	Psicologia (L)	149	10	0,06
	<b>Total</b>	<b>63.069</b>	<b>31.845</b>	

Fonte: RAIS ano base 2016. Elaboração da autora.

Na tabela 2, há oitenta e oito cursos que apresentaram uma variação na razão inserção na RAIS/formados entre 0,97 a 0,06. Destes oitenta e oito cursos, cerca de

cinquenta apresentaram uma porcentagem ingressos na RAIS/formados superior a 0,50 e outros quatro ficaram abaixo de 0,20. Isso está relacionado com os níveis de informalidade de cada área provavelmente, que são bastante variáveis.

Para o curso matemática - tanto licenciatura quanto bacharelado -, essa razão é bem alta, por exemplo, respectivamente, 0,97 e 0,94. Física licenciatura também apresentou razão bem alta de 0,91. Profissionais com essas habilitações são muito demandados no mercado de trabalho, uma vez que na rede de ensino, tanto público como privada, sabe-se que há uma defasagem muito grande de professores de exatas, sendo isto possivelmente, um fator que contribui para a alta empregabilidade em setores mais formais do mercado de trabalho desses profissionais. Outros cursos, como de engenharia, também se apresentaram altas razões inserção na RAIS/formados.

Para os cursos descritos na tabela 2 há, também, provavelmente, egressos de outras áreas atuando em áreas correlatas, porém pelos dados abstraídos da RAIS, não foi possível identificar, especificamente, a porcentagem de egressos que atuam fora da área de formação principal para os cursos com razão inserção na RAIS/formados até 1,00.

Os cursos de medicina, psicologia e odontologia se destacam por terem alta concorrência no vestibular da UnB, apareceram na relação dos dados da UnB com alto nível de egressos, mas com baixa inserção na RAIS. Sabe-se que profissionais com tais formações estão mais propícios a atuar no mercado de trabalho como autônomos, profissionais liberais e cooperados sendo, neste caso, desobrigados a prestarem informações à RAIS, fato este, que não foi possível identificá-los e tratá-los neste estudo.

A amostra para alguns cursos é muito maior do que para outros, logo resultados são mais confiáveis para os cursos com amostras maiores. Além disso, alguns cursos estão no mercado há mais tempo - o mercado já os conhece. Isto possivelmente pode influenciar o retorno deles frente a cursos menos conhecidos, que ainda precisam mostrar sua utilidade completa, mesmo supondo que foram criados frente a uma demanda da sociedade.

Sobre a tabela 3, dois comentários. Os cursos de artes visuais, enfermagem-licenciatura e todos os cursos à distância, não foram encontrados na base de dados da RAIS com registro de entrada de tais egressos no mercado de trabalho formal, com as referidas nomenclaturas. Não obstante, porém por se tratar de dados que se referem a egressos da UnB, do período em análise, optou-se por apresentá-los no estudo.

Já o curso de engenharia ABI (áreas básicas de ingressos), do campus Gama, apareceu com registro na RAIS, mas não apareceu na relação de egressos da UnB. Neste caso, sabe que o alunado ingressa na Universidade com matrícula em tal curso, mas pode ao longo deste, optar por alguma área específica da engenharia. Neste caso, o registro de egressos na RAIS se dá no nome do curso que fez opção.

**Tabela 3-Cursos que não apareceram na RAIS:**

	<i>Curso</i>	<i>Formados entre 1995 a 2015</i>	<i>Ingressos na RAIS</i>	<i>RAIS em porcentagem</i>
1	Administração Pública (B - A Distância)	553	0	0,00
2	Artes Visuais	61	0	0,00
3	Artes Visuais (L - A Distância)	281	0	0,00
4	Ciências Biológicas (L - A Distância)	32	0	0,00
5	Educação Física (L - A Distância)	467	0	0,00
6	Enfermagem (L)	150	0	0,00
7	Geografia (L - A Distância)	123	0	0,00
8	Letras (L - A Distância)	156	0	0,00
9	Música (L - A Distância)	108	0	0,00
10	Pedagogia (L - A Distância)	192	0	0,00
11	Teatro (L - A Distância)	139	0	0,00
12	Engenharia (ABI)	0	265	-
	<b>Total</b>	<b>2.139</b>	<b>265</b>	

Fonte: RAIS ano base de 2016. Elaboração da autora.

#### **4.2 Tipo de vínculo empregatício:**

O tipo de vínculo empregatício está relacionando com o modelo de contrato celebrado entre empregador e o empregado. Para as análises dos gráficos deste tópico, todos os egressos da UnB com registro na RAIS foram considerados. Neste caso, contou-se com uma amostragem de 50.256 egressos de cursos de graduação da UnB entre os anos de 1975 a 2015 que efetivamente obtiveram ingressos na RAIS. Optou-se por considerar todos os egressos, sem delimitação de tempo por entender que, neste caso, tais informações contribuem para ter uma visão geral das regiões que mais captam as forças de trabalhos fomentadas pela UnB.

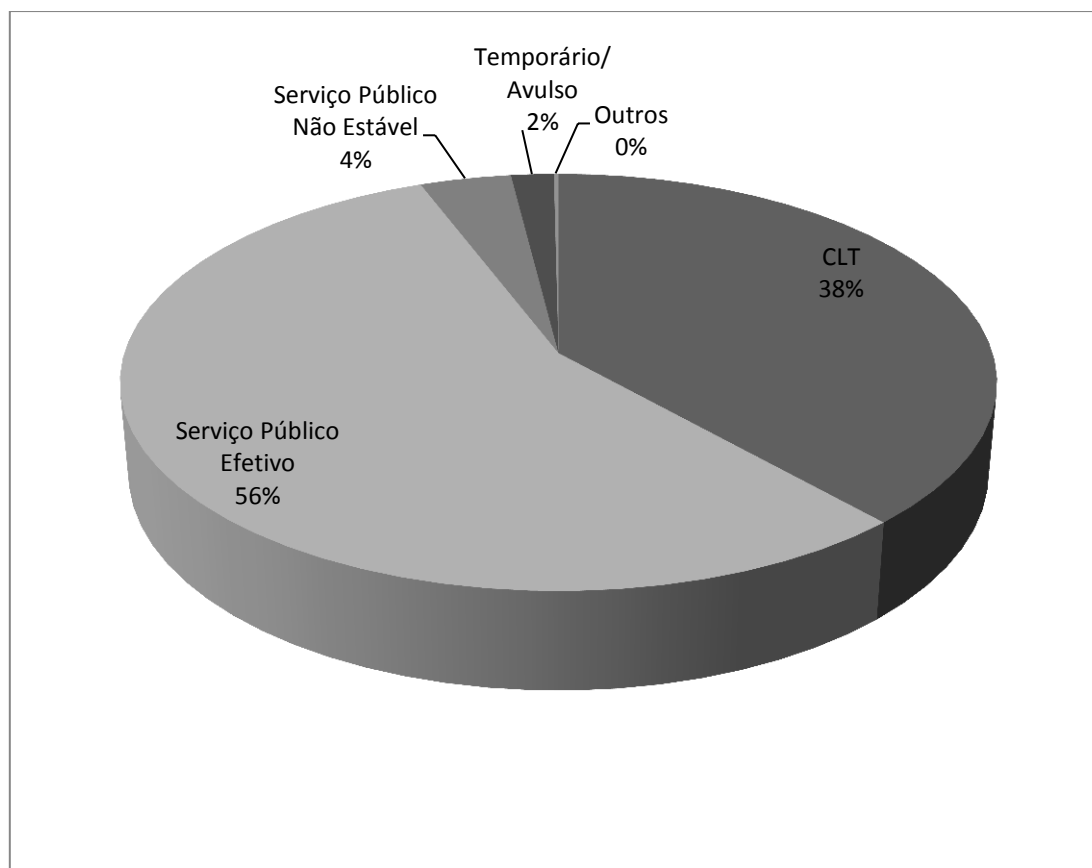
Ao analisar os dados dos egressos da UnB, notou-se que 60% dos egressos estão no mercado de trabalho como servidor público, destes 56% são servidores



públicos efetivos e 4% são servidores públicos não estáveis. A iniciativa privada abarca cerca de 40% dos egressos e 2% estão como força de trabalho temporários/avulso.

A grande quantidade de egressos da UnB no serviço público é um indicador que a Universidade tem tido uma função primordial de suprir a força de trabalho demandada pelo serviço público. O fator principal relacionado a isto é pela característica do mercado de trabalho de Brasília que, por ser Capital Federal, atua como centro do poder federal e abarca grandes órgãos da alta administração do país.

#### Gráfico 1-Tipo de Vínculo dos Egressos da UnB – de 1975 a 2015:



Fonte: RAIS ano base 2016. Elaboração da autora.

#### 4.3 Atuação por Unidade da Federação:

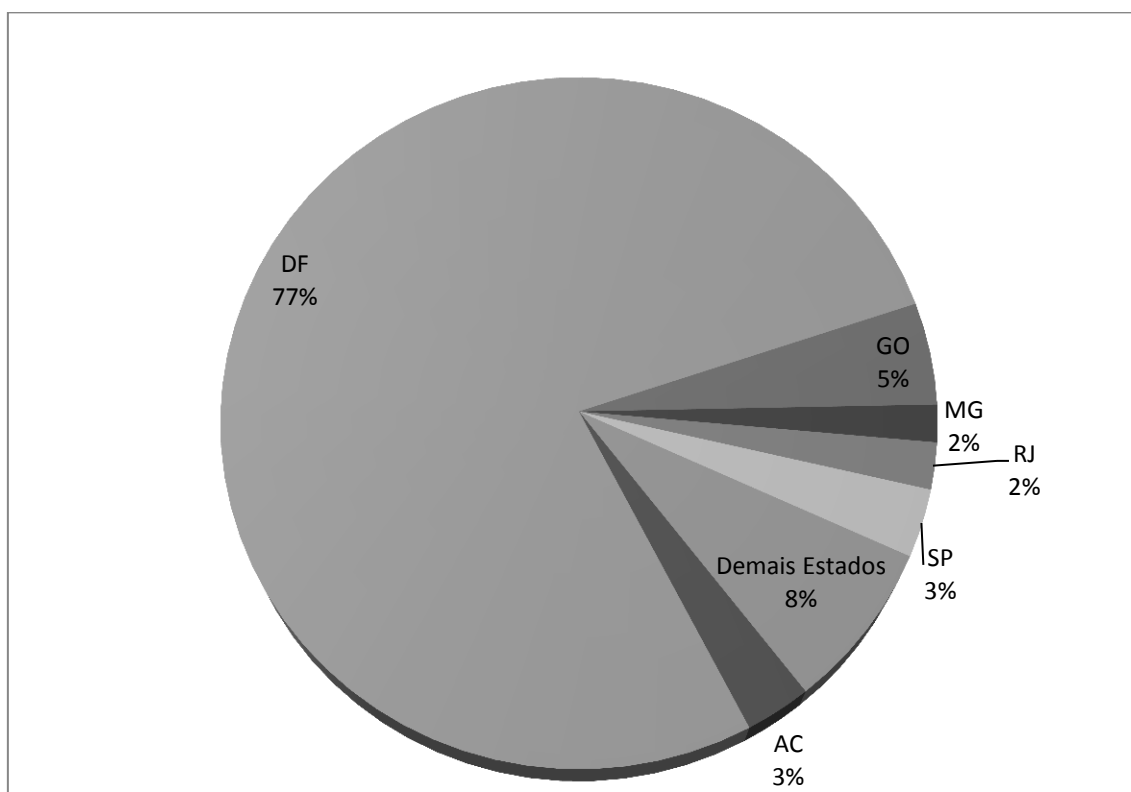
A Universidade de Brasília está inserida em uma localização estratégica, situada na região central do país e na capital federal. Isto lhe permite que seja um centro de ensino ligando as diferentes regiões do Brasil. A Instituição contribui diretamente para o desenvolvimento da região Centro-Oeste, formando profissionais,

desenvolvendo pesquisas de qualidade e tornando-se um agente de atração de investimentos.

O Guia do Estudante de 2016, da Editora Abril, em seu ranking das melhores universidades públicas e privadas do Centro-Oeste, considera a UnB a melhor universidade pública da região. Dessa forma, a imagem da Universidade é tida perante a sociedade como positiva, tendo o papel importante de disseminar o conhecimento pelo Distrito Federal pelos estados circunvizinhos, pelo país e pelo mundo, com cursos de alta qualidade nas diferentes áreas do conhecimento.

Assim, este tópico tem o objetivo de analisar a distribuição da força de trabalho, dos egressos da UnB, por Unidade da Federação. Tendo com isto um panorama da força da UnB como instituição formadora e comprometida com o desenvolvimento do cenário econômico, social e político da região Centro-Oeste e do país.

**Gráfico 2- Distribuição dos Egressos por Unidade da Federação – de 1975 a 2015:**



Fonte: RAIS ano base 2016. Elaboração Autora.

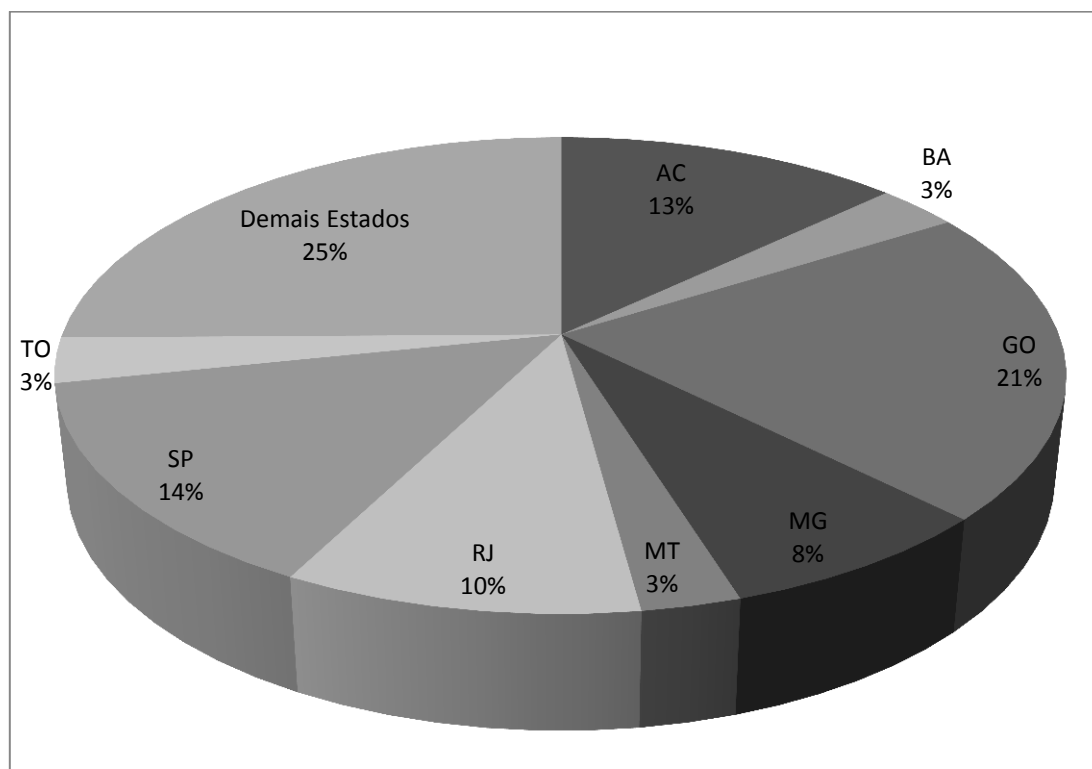
Verifica-se que 77% dos egressos da UnB, com registro na RAIS, estão atuando no mercado de trabalho do Distrito Federal, seguido do Estado de Goiás que abarca 5%, São Paulo 3%, e o Acre outros 3%. Os estados de Minas Gerais e Rio de

Janeiro apresentam cerca de 2% cada, os demais estados, registram-se, de em torno de 8% no total.

Os números indicam que grande parte de egressos permanecem atuando no mercado de trabalho do Distrito Federal. Por ser a Capital Federal e por abrigar muitos órgãos do governo central, Brasília tem como característica um mercado de trabalho predominantemente do serviço público, com isto, muitos dos estudantes do Distrito Federal, como também de outros Estados que buscam formação acadêmica na UnB optam por se estabelecer na capital federal e fazer carreira nas oportunidades que o mercado de trabalho que a região oferece. O estado de Goiás, em razão da microrregião do entorno do Distrito Federal, o acaba sendo um estado que atrai os egressos da UnB e com isso abriga cerca de 5% da força de trabalho formada pela UnB.

O gráfico 3 faz a análise de atuação dos egressos, por unidade da federação, sem considerar o Distrito Federal.

**Gráfico 3 - Distribuição dos Egressos por Unidade da Federação sem o Distrito Federal – de 1975 a 2015:**



Fonte: RAIS ano base 2016. Elaboração Autora.

Nota-se um cenário que difere do anterior, em que outros estados se destacam como bons receptores de egressos da UnB. Goiás é o estado de maior destaque,

abarcando cerca 21% dos egressos da UnB. Por ser um estado vizinho ao Distrito Federal, conseqüentemente, a UnB se torna uma universidade de muita procura por estudantes goianos. Outro ponto importante é que o Estado de Goiás possui apenas uma universidade federal, podendo ser neste caso, um dos fatores que contribuem para que o Estado de Goiás tenha uma significativa demanda de profissionais formados pela UnB.

São Paulo é outro Estado que aparece como agregador da força de trabalho fomentada pela UnB tendo em torno de 14% de representatividade no total dos egressos, número bem significativo para uma região que é reconhecida por abrigar as melhores universidades do país. No entanto, o Estado de São Paulo também é reconhecido, nacionalmente, como o estado como maior geração de emprego, o que leva a crer que muitos dos egressos da UnB vão em busca de oportunidade de trabalho no referido Estado.

Deve-se ser destacado, ainda, o Estado do Acre com 13%, número este bem expressivo, uma vez que é um dos Estados mais distante da UnB e com pouca expressividade na geração de emprego. Porém, como Goiás, é também um estado que conta apenas com uma universidade federal para atender toda sua população local. A Capital Federal acaba sendo um dos destinos mais procurados pelos estudantes, oriundos do Estado do Acre, quando procuraram uma universidade federal fora do estado. Certamente este é um dos fatores que leva a verificar que egressos da UnB têm boa atuação no mercado de trabalho no Acre.

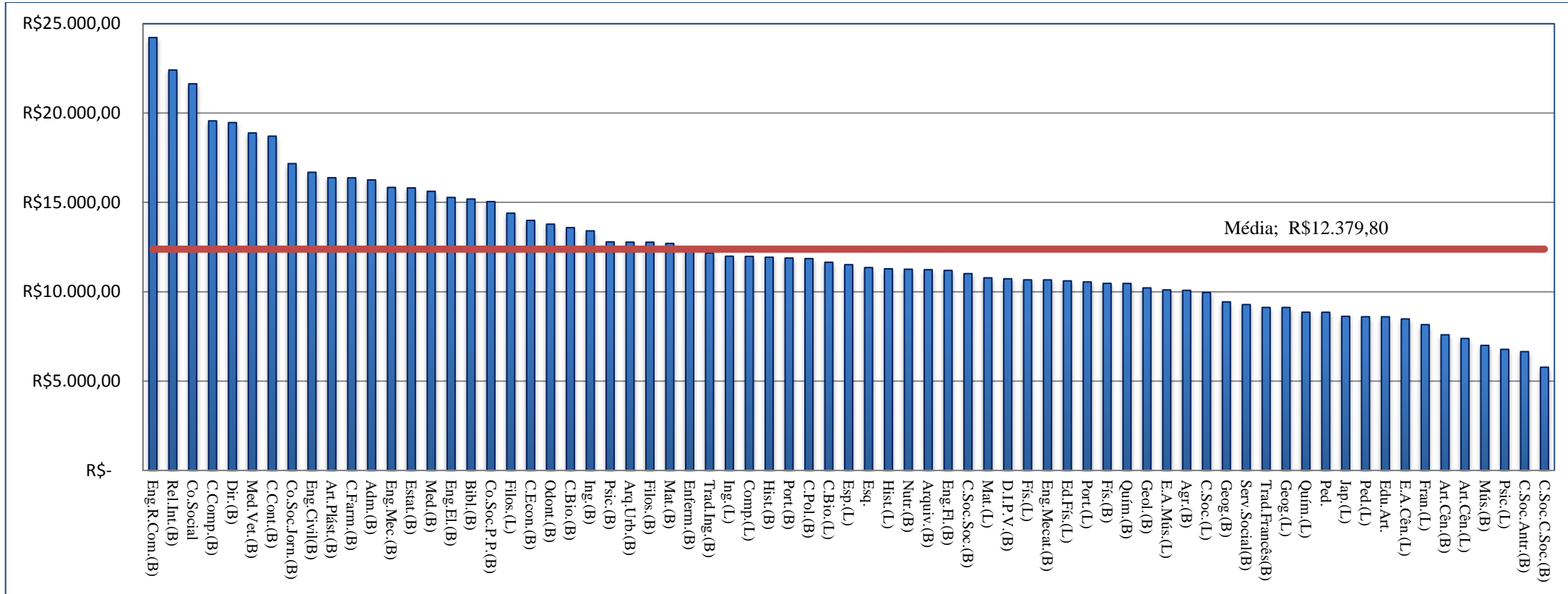
O Estado do Rio de Janeiro abarca cerca de 10% de egressos da UnB, não tão diferente que o Estado de São Paulo. O Estado Rio também agrega boas universidades, porém é um Estado dinâmico como São Paulo em relação às oportunidades de empregos, em que muitos egressos vão à procura de colocação no mercado de trabalho. Em seguida vem Minas Gerais com 8%, por ser um estado circunvizinho do Distrito Federal acaba por abarca uma boa porcentagem de egressos da UnB. Outros Estados que aparecem com relevância é Tocantins, Mato Grosso e Bahia cada um deles abarcam cerca de 3%. Os demais estados apresentam uma porcentagem de empregabilidade de egressos menos expressiva ficando em torno de 25% distribuídos entre os outros dezoito Estados.

Assim se tem a UnB como uma universidade que consegue de forma significativa fazer-se presente em termo empregabilidade em todas as regiões do país.

#### **4.4 Renda média dos egressos:**

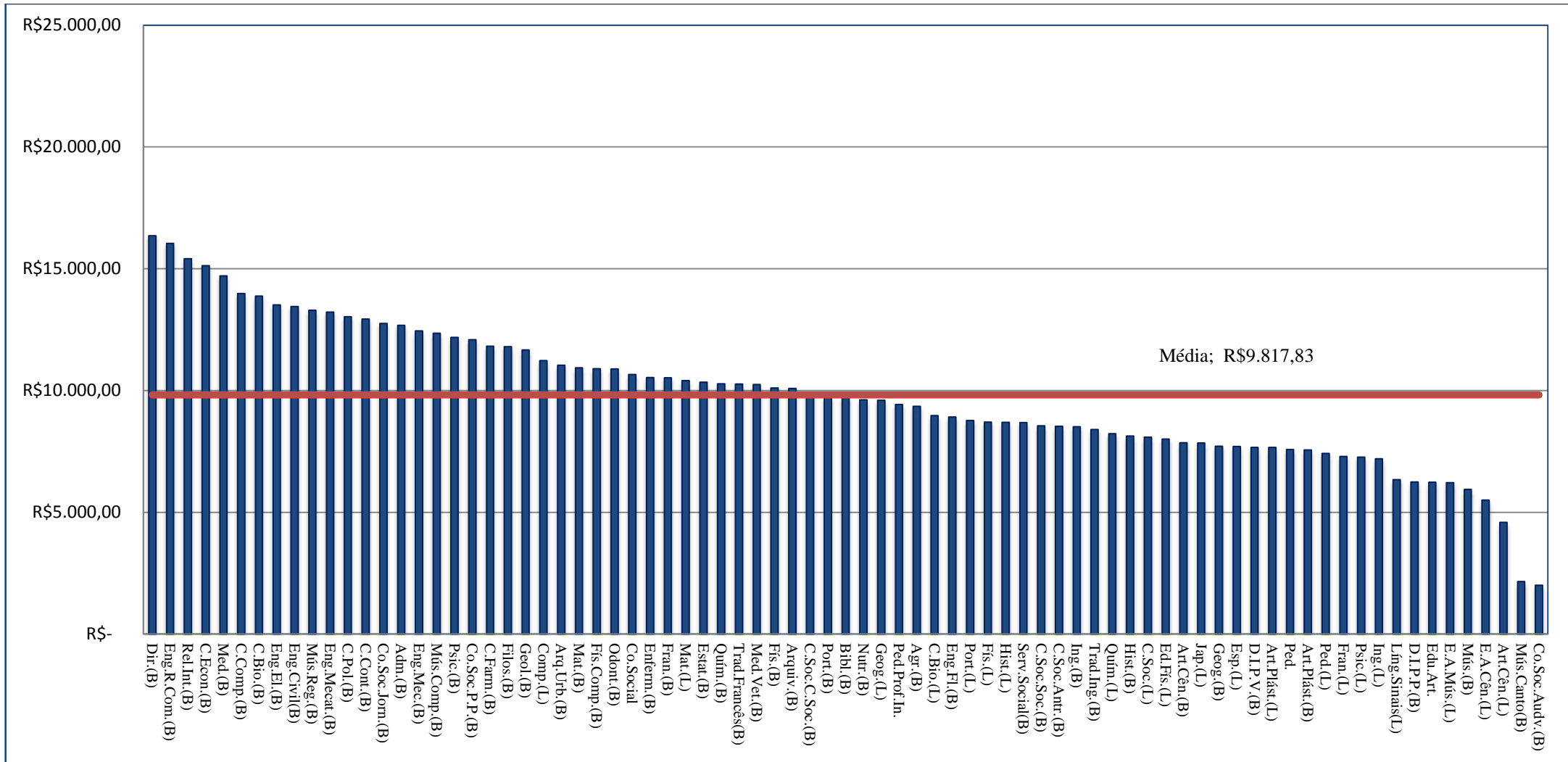
Neste tópico, as análises se referem à renda média ponderada dos egressos da UnB, dentre os anos de estudos, destacado por área de formação. Para melhor compreensão, optou-se por dividir em períodos, ficando assim egressos em grupo de 05 anos. Os egressos de graduação da UnB que atuam no mercado de trabalho como autônomos, profissional liberal, eventuais, ocupantes de cargos eletivos, estagiários; empregados domésticos e cooperados/cooperativado, não foram considerados para as análises, visto que não têm registro na RAIS, ou seja, profissionais liberais, como por exemplos, médicos, dentistas, advogados e outros profissionais que atuam no mercado de trabalho como autônomos, por não se encontrarem registrados na RAIS, não foram considerados nas análises dos dados.

**Gráfico 4 – Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS, Média Ponderada por quantidade de formados - 1995 a 2000:**



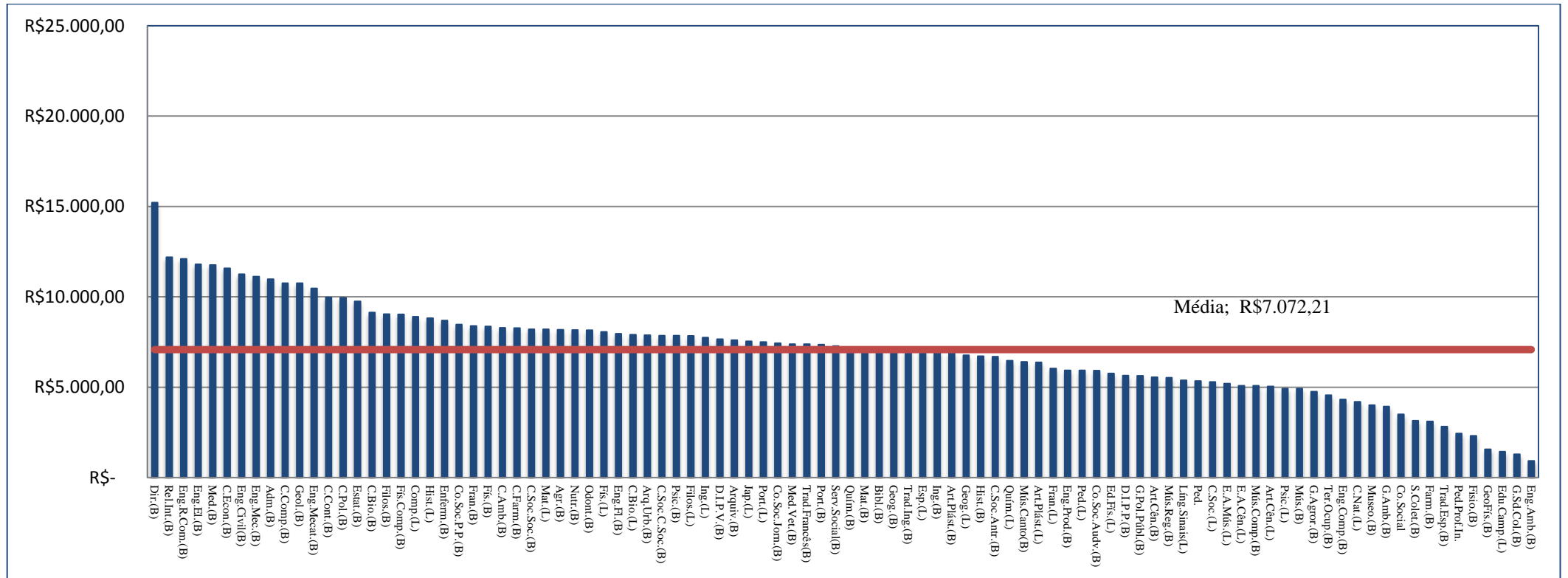
Fonte: Rais e UnB. Elaboração da Autora. Valores correntes de 2017.

**Gráfico 5- Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS, Média Ponderada por quantidade de formados - 2001 a 2005:**



Fonte: Rais e UnB. Elaboração da Autora. Valores correntes de 2017.

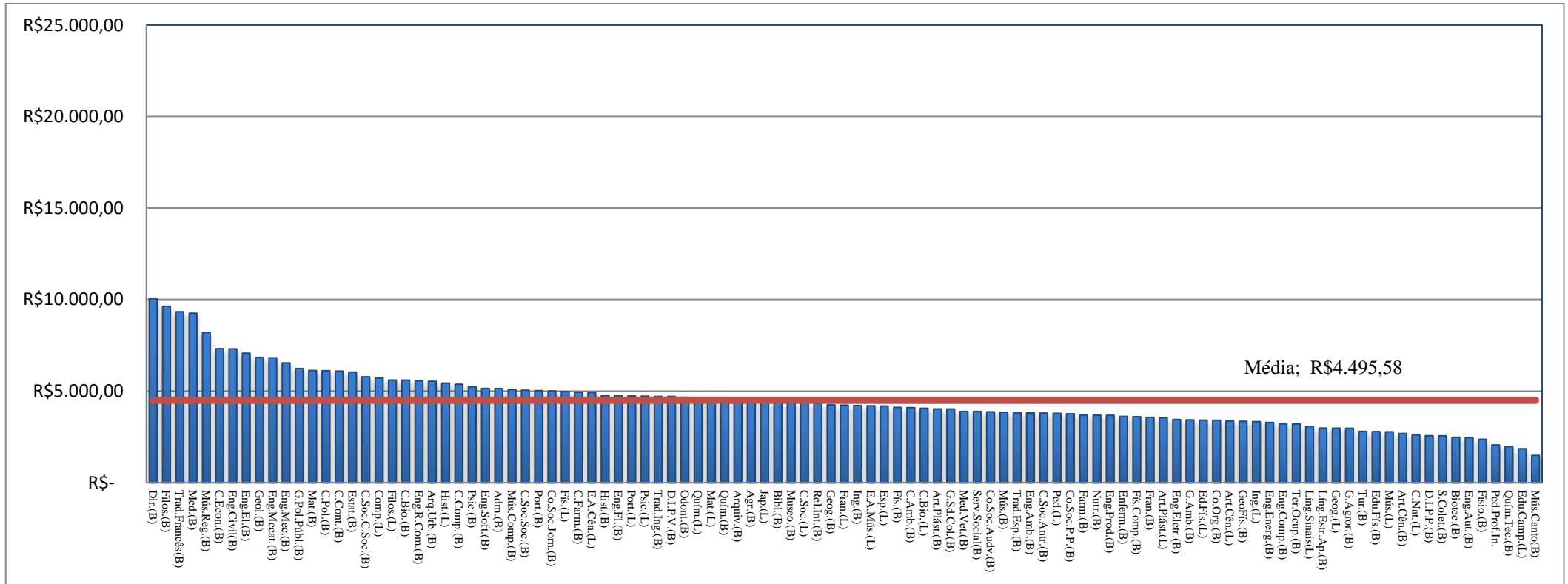
**Gráfico 6- Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS, Média Ponderada por quantidade de formados - 2006 a 2010:**



Fonte: Rais e UnB. Elaboração da Autora. Valores correntes de 2017.



**Gráfico 7- Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS, Média Ponderada por quantidade de formados - 2011 a 2015:**



Fonte: Rais e UnB. Elaboração da Autora. Valores correntes de 2017.

Ao analisar a renda média dos egressos de diferentes cursos ao longo dos 21 anos em estudo, nota-se que há uma discrepância considerável entre os cursos com melhores níveis de remuneração e os menos remunerados. Isto fica evidente nos quatros períodos dos anos em análise, como mostram os gráficos 4 a 7.

Os egressos entre anos de 1995 a 2000 (Gráfico 4) apresentam renda média mais elevada quando comparada aos demais anos. São profissionais que estão alocados há mais tempo no mercado de trabalho, e, portanto, têm mais experiências e, como consequência, têm salários mais altos. Os profissionais formados neste período apresentam uma renda média cerca de 10 a 13 mil reais, com picos de remuneração mais elevada em cursos como engenharia de rede de comunicação e relações internacionais que apresentam salários acima de 22 mil reais. Porém, nota-se que há cursos menos remunerados como psicologia (L), ciências sociais e ciências sociais antropologia, com remuneração entre 5 a 6 mil reais.

Já nos períodos subsequentes, a renda média geral tende a cair. Entre os egressos dos anos de 2001 a 2005, a remuneração média dos profissionais varia em torno de 9 a 10 mil reais, com as melhores remunerações em áreas como direito, engenharia de redes de comunicação, relações internacionais e ciências econômicas, que apresentam salário médio acima de R\$ 15 mil. Já entre os egressos nos anos de 2006 a 2010, a renda média varia em torno de 7 mil reais, com destaque para os profissionais da área de direito com salário médio acima de R\$ 15 mil, seguidos daqueles de engenharia de redes de comunicação, relações internacionais apresentando uma média de 12 mil reais.

Os egressos dos anos de 2011 a 2015 apresentam uma média de renda bem menor quando comparado com os egressos dos primeiros anos em estudos e isto se explica por serem profissionais recém-formados, com poucas experiências profissionais. Outro fator a considerar é a conjuntura econômica do país e a redução nos números de concursos públicos têm alguma influência redução da renda. A renda média desses profissionais varia em torno de R\$ 4 mil com melhores remunerações para os profissionais da área de direito, filosofia, letras tradução francês e medicina com renda acima de 9 mil reais. A grande maioria dos cursos apresenta uma renda bem abaixo da média (indicando uma dispersão interessante nesse período entre os cursos no quesito remuneração), já que a grande maioria dos profissionais ganha menos de 5 mil reais, independente de qual área de formação.

Nisto, observa-se que quando se compara a renda média ao longo dos anos de formação, nota-se que a experiência profissional e o tempo de formação são variáveis que implicam na melhoria de renda média desses egressos.

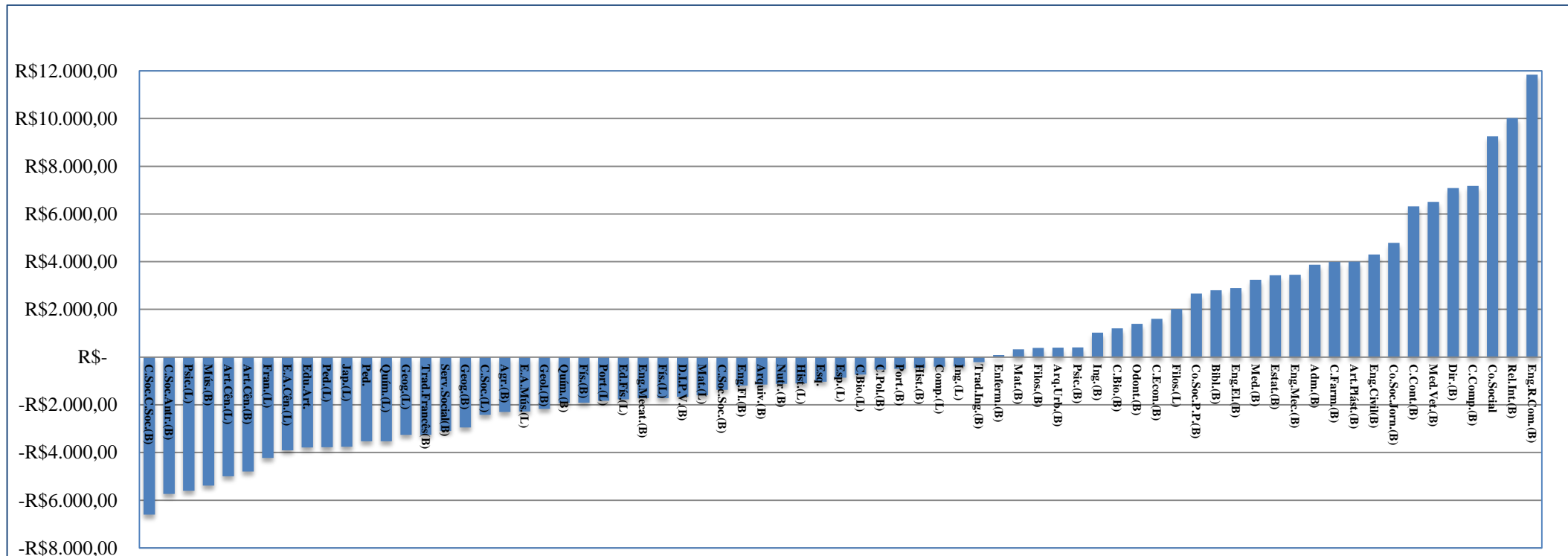
#### **4.4.1 Desvio da Média.**

Os próximos gráficos apresentaram as mesmas informações dos gráficos 4 a 7, mas com uma diferença. A partir do cálculo da média simples das médias ponderadas apresentadas naqueles gráficos, ordenou-se os cursos pelo tamanho e sinal do desvio de sua média ponderada em relação a essa média simples calculada. O objetivo é ilustrar de forma mais clara os cursos que oferecem retornos acima da média e aqueles que oferecem retornos abaixo da média

A proporção do desvio padrão em relação à média das remunerações dos diversos cursos tende a serem menores nos períodos recentes. Os gráficos mostram que as médias das remunerações se distribuem de forma mais uniforme, quanto mais recente é a formatura do egresso. Para egressos formados há menos tempo, os cursos nos extremos (tanto os de maior remuneração quanto os de menor remuneração) são menos díspares, indicando que há um desvio padrão das médias inferior e uma distribuição mais uniforme.

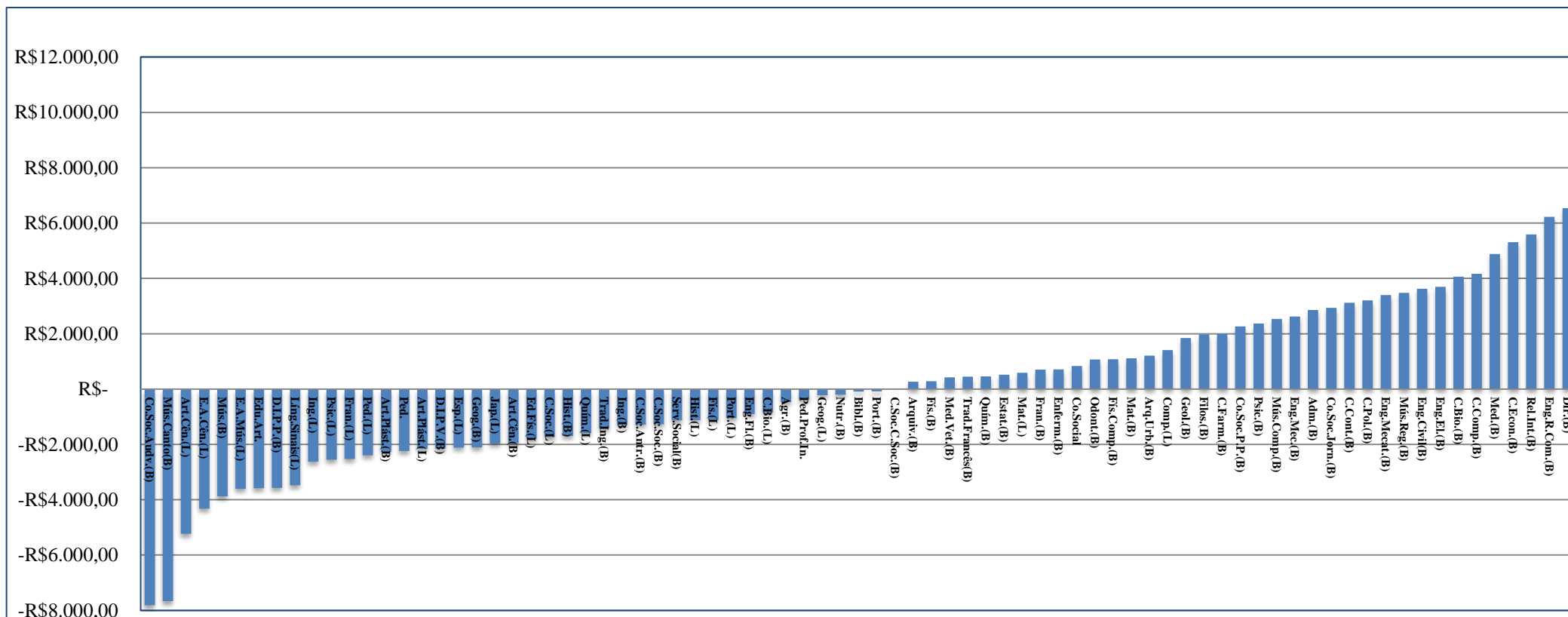
Nisto, nota-se que há maior dispersão da renda dos profissionais que estão há mais tempo no mercado, o desvio padrão aumenta à medida que os egressos adquirem mais experiência na carreira. Os egressos entre os anos de 1995 a 2000 apresentam maior dispersão de renda em relação às carreiras quando se compara aos egressos dos anos subsequentes. Para os egressos nos anos de 2010 a 2015 há uma menor dispersão na renda, o que indica que no início da carreira a dispersão entre os cursos é bem menor, independente do que tipo de curso que os egressos foram habilitados.

**Gráfico 8- Desvio em Relação à Média da Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS - 1995 a 2000:**



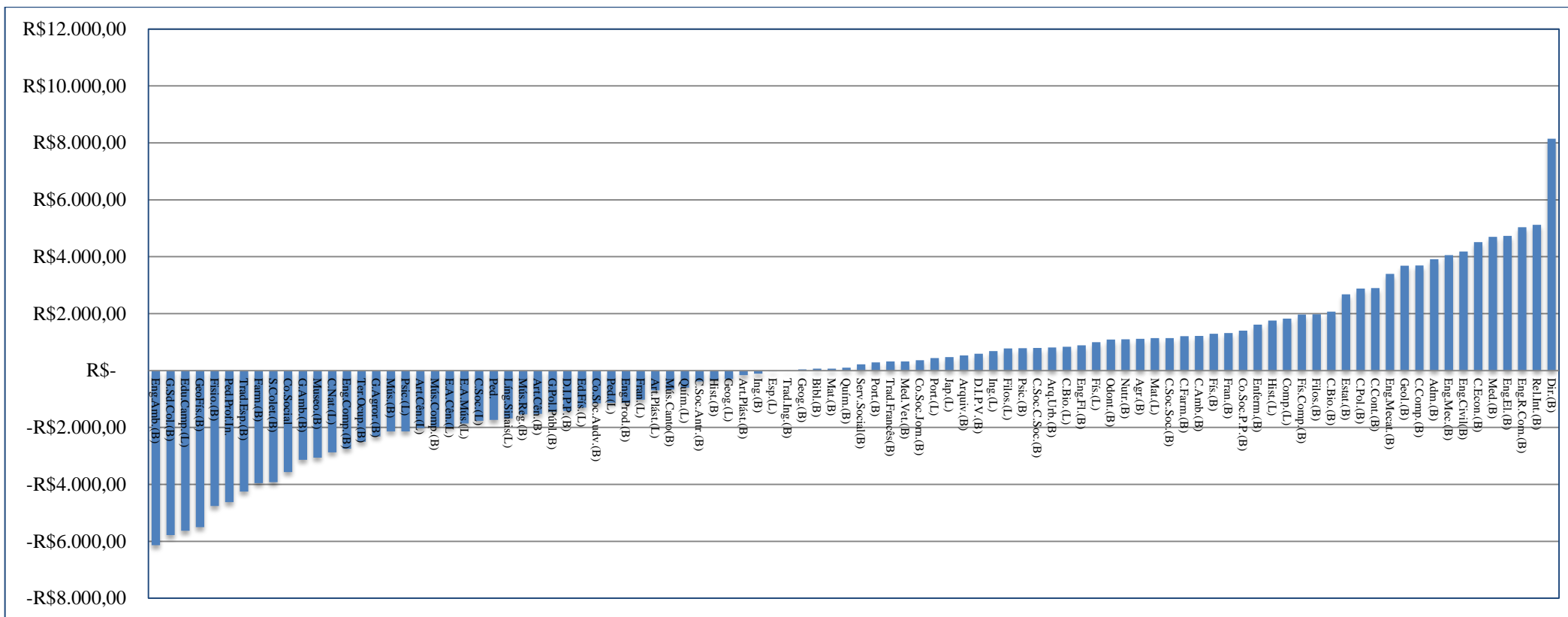
Fonte: Rais e UnB. Elaboração da Autora. Valores correntes de 2017.

**Gráfico 9- Desvio em Relação à Média da Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS - 2001 a 2005:**



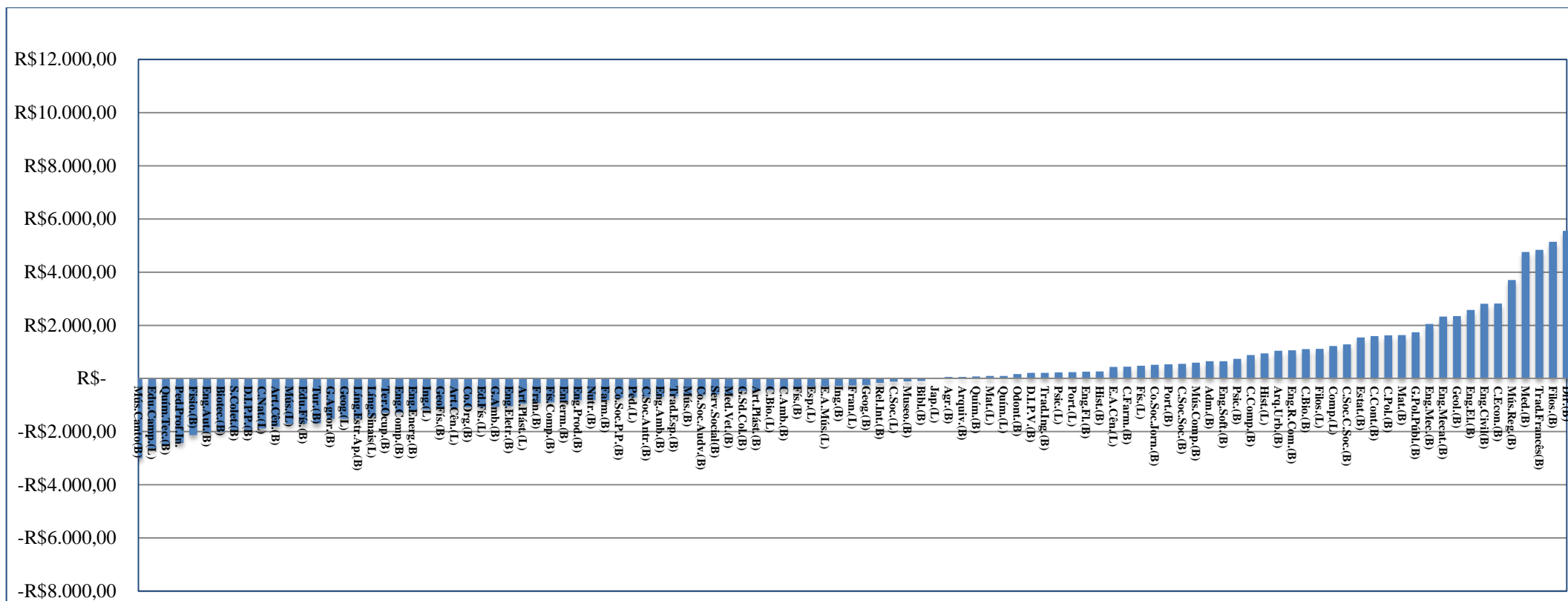
Fonte: Rais e UnB. Elaboração da Autora. Valores correntes de 2017.

**Gráfico 10- Desvio em Relação à Média da Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS - 2006 a 2010:**



Fonte: Rais e UnB. Elaboração da Autora. Valores correntes de 2017.

**Gráfico 11- Desvio em Relação à Média da Remuneração dos Egressos da UnB com Ingresso na RAIS - 2011 a 2015:**



Fonte: Rais e UnB. Elaboração da Autora. Valores correntes de 2017.

#### 4.5 Cursos mais concorridos nos vestibulares da UnB e o retorno da educação.

Segundo dados do CESPE/CEPRASPE, em relação à demanda de candidato por vaga, os cursos que tiveram maior demanda por vaga, nos últimos vestibulares, foram medicina, direito, psicologia, odontologia, engenharia civil, nutrição, medicina veterinária e arquitetura e urbanismo. A tabela 4 traz esses dados.

**Tabela 4 - Relação candidato/vagas no Vestibular da UnB, média dos anos de 2014, 2015 e 2016.**

<i>Concorrência no vestibular da UnB</i>	
Cursos	Média
Medicina	108,21
Direito	16,68
Psicologia	13,22
Odontologia	13,30
Engenharia Civil	13,16
Nutrição	11,28
Medicina Veterinária	10,96
Arquitetura e Urbanismo	10,84

Fonte: CESPE/CEBRASPE. Elaboração da Autora.

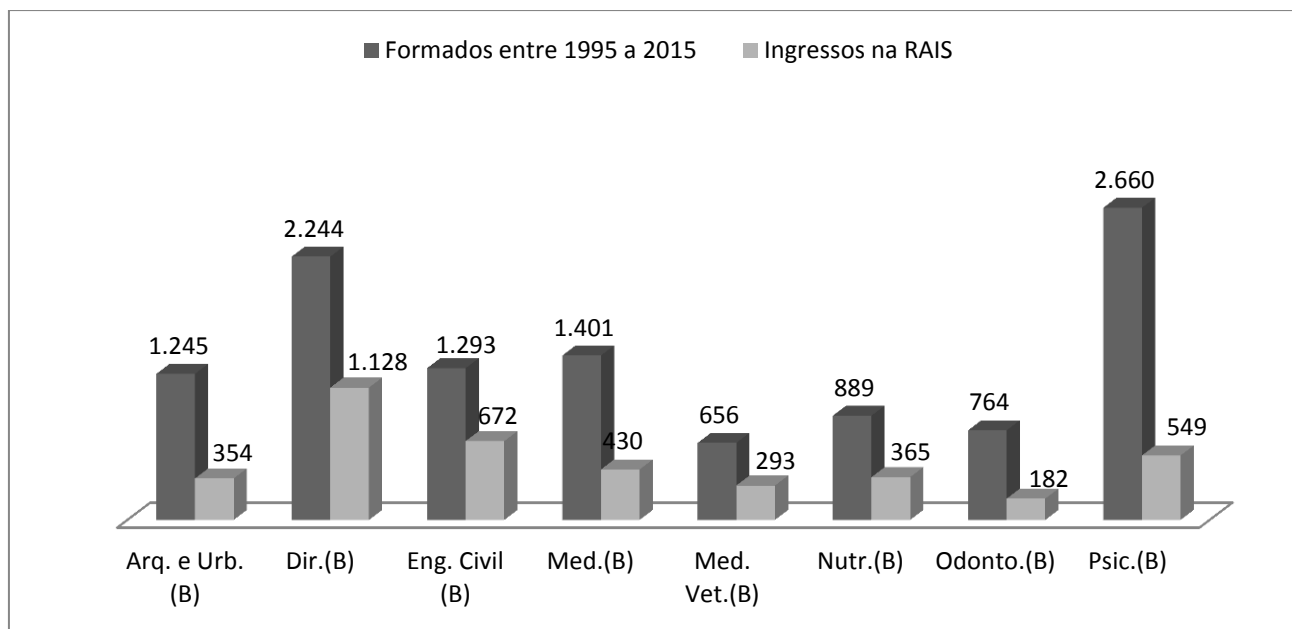
Tais cursos foram os mais procurados pelos estudantes que prestaram os vestibulares da UnB nos últimos 3 anos. Para este estudo, optou-se por analisar apenas os cursos que se apresentaram com média acima de 10 candidatos por vagas nos últimos vestibulares analisados, por se ter como proposta, neste momento, uma análise somente dos cursos mais concorridos dos vestibulares da UnB. Considerou-se, nesta análise, apenas a forma de seleção do vestibular tradicional da UnB, não analisando, neste caso, as demandas por vagas advindas do sistema de seleção unificada do Ministério da Educação (SiSU/MEC), programa de avaliação seriada (PAS), transferência facultativa, transferência obrigatória e processo seletivo de portadores de diploma de curso superior.

Dos oito cursos mais concorridos, somente direito e engenharia civil apresentaram razão inserção na RAIS/formados superior a 0,50. Percebe-se, portanto, que o percentual de emprego formal entre os egressos de tais cursos, em geral, não é tão expressivo. Por outro lado, isso não significa que tais os egressos não sejam profissionais com boa colocação no mercado de



trabalho, visto que são muitos profissionais com tais formações são mais propensos a atuarem como profissionais liberais, no caso, não se encontram inscritos na RAIS, nisto não foram considerados nas análises.

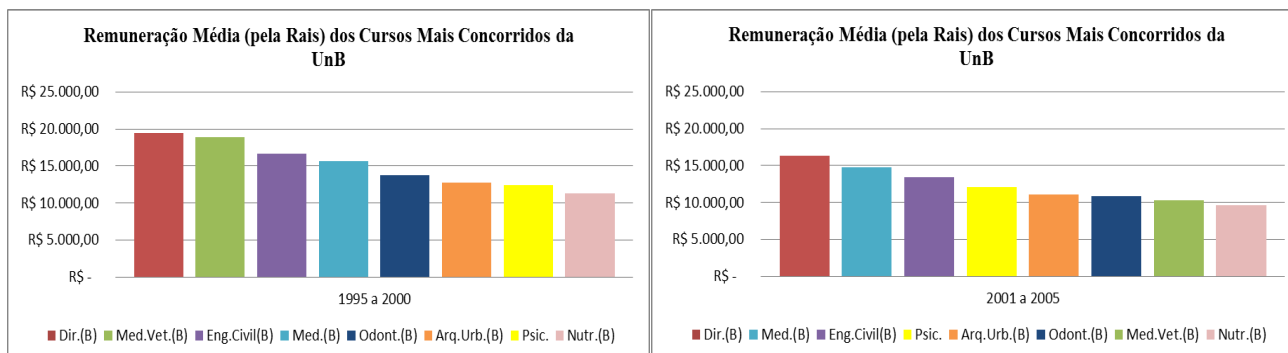
**Gráfico 12- Cursos mais concorridos da UnB: Egressos (1995 a 2015) e ingressos na RAIS.**

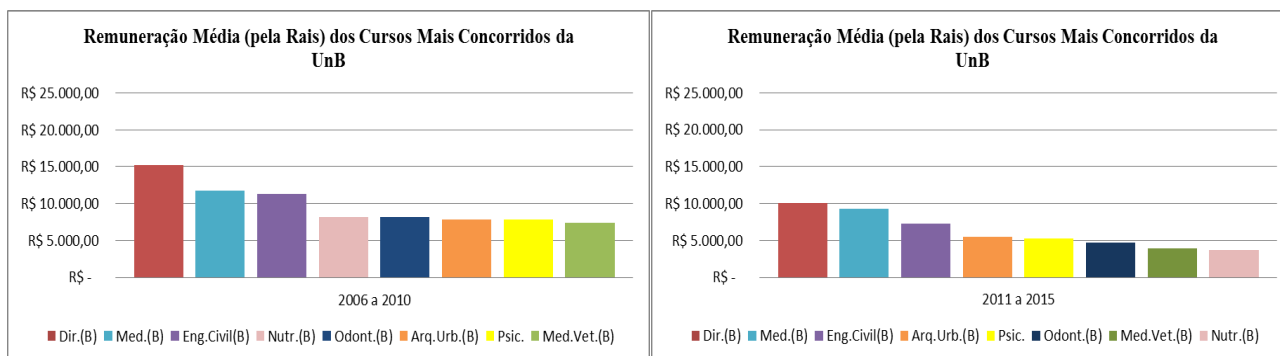


Fonte: Rais e UnB. Elaboração da Autora.

Diante dos dados analisados, observa-se que os cursos mais demandados nos vestibulares da UnB não necessariamente são os cursos que têm, na prática, melhores níveis de inscrição na RAIS, visto que muitos dos egressos não têm um emprego formal e preferem buscar rentabilidade no mercado de trabalho por meio de outros tipos de vínculos empregatícios desobrigados de registros em RAIS.

**Gráfico 13-Remuneração média (pela RAIS) dos cursos mais concorridos da UnB – 1995 a 2015:**





Fonte: Rais e UnB. Elaboração da Autora.

Conforme dados da RAIS, em relação à remuneração média dos egressos dos cursos mais concorridos da UnB, observou-se que todos os oito cursos analisados apresentaram uma renda média elevada. Os egressos dos dois primeiros períodos em estudo (1995 a 2000 e 2001 a 2005) se destacaram com uma remuneração média acima de dez mil para todos os cursos analisados. Os outros dois períodos (2006 a 2010 e 2011 a 2015) apresentaram uma renda média menor comparada aos anos anteriores, porém sabe-se que o fator experiência profissional é uma variável preponderante que contribui para aumentar a renda média dos trabalhadores.

### Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo principal estudar o retorno financeiro à educação fornecida pela Universidade de Brasília, a partir da remuneração dos egressos de graduação, dos últimos 21 anos, da Universidade de Brasília. Assim, diante dos dados analisados, pôde constatar que dos 67.113 egressos de graduação dentre os anos estudados 52% estão inseridos no mercado de trabalho como empregados conforme constado nas informações da RAIS.

Conclui-se com a pesquisa que os alunos de graduação da UnB dos diferentes cursos e áreas de formação têm uma boa inserção no mercado de trabalho, se destacando tanto na iniciativa privada como nos serviços públicos, conseguindo obter oportunidades de emprego em todas as regiões do país. Além disso, eles se destacam com uma rentabilidade considerável, no mercado de trabalho, com uma renda média que vai aumentando com passar do tempo, conforme experiência na área de formação e que os cursos mais concorridos nos vestibulares se configuram entre os que têm mais retorno em questão de renda. Nisto nota-se que a UnB atua com o compromisso da formação e da qualificação para o exercício profissional de seus alunos, tem contribuído, de forma importante, no desenvolvimento da educação que é o propulsor do desenvolvimento econômico do país e da região Centro-Oeste como um todo.

Além do mais, a pesquisa evidencia que a educação superior proporciona um retorno financeiro, relativamente, significativo aos indivíduos que buscam se qualificar e aprimorar seus conhecimentos através do ensino superior e que investimento por meio da educação propicia melhorias na renda, além de outros resultados positivos.

Contudo, estudos futuros que buscam analisar o retorno financeiro dos egressos de cursos em que os profissionais são mais propícios a atuar no mercado de trabalho como autônomos ou profissionais liberais poderão contribuir ainda mais com o trabalho em questão, visto que neste estudo, tais profissionais não foram considerados, por não estarem inscritos na RAIS. Por fim, o estudo pode corroborar com futuras discussões em relação às melhorias na gestão universitária e na construção de políticas públicas direcionadas à comunidade acadêmica da universidade.

## Referências

- ALMEIDA, E. P. de; PEREIRA, R. S. **Críticas à teoria do capital humano: uma contribuição à análise de políticas públicas em educação**. Revista de Educação, v. 9, n. 15, 2000.
- BARTALOTTI, O. MENESES-FILHO, N. **A relação entre o desempenho da carreira no mercado de trabalho e a escolha profissional dos jovens**. Econ. aplic., São Paulo, v. 11, n. 4, Out./Dez. 2007, p. 487-505.
- BARBOSA FILHO, F.; PESSÔA. **Retorno da Educação no Brasil**. Pesquisa e planejamento econômico. v. 38 n. 1 abr. 2008.
- BECKER, G. S **Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Third Edition, University of Chicago, NBER, New York, 1993.
- BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 Dez, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 29 jul.2016.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975. **Institui a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d7](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d7). Acesso em: 20 Jan.2017.
- \_\_\_\_\_. Portaria Nº 1.464, de 30 de dezembro de 2016. **Aprova instruções para a declaração da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS ano-base 2016**. Disponível em: [http://www.rais.gov.br/sitio/rais\\_ftp/PortariaRAIS2016.pdf](http://www.rais.gov.br/sitio/rais_ftp/PortariaRAIS2016.pdf). Acesso em: 20 Jan.2017
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro n. 24 Set./Dec. 2003
- FRIGOTTO, G. **Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados**. Trab. Educ. Saúde, v.5 n.3, nov.2007/fev.2008, p.521-536.
- \_\_\_\_\_. **Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito**. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 25-54.
- FRIGOTTO, G ; CIAVATTA, M (orgs). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. Petropolis, RJ: Vozes, 2001.

**Guia do Estudante de 2016**, da Editora Abril. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/premio-melhores-universidades-2016-usp-e-a-melhor-publica/>. Acesso em: 30 Jan. 2017.

GODIM, S.M.G. **Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários**. Estudos de Psicologia. v 7, n. 2. 2002, p.299-309.

KLAUS. V. **Educação, desenvolvimento e gestão: conexões**. X ANPED SUL, Florianópolis, 10/2014.

LEMONS, A.H.C.; DUBEUX, V. J. C., PINTO. M. C.S. **Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências**. Cadernos EBAPE. BR, Rio de Janeiro v. 7, nº 2, Jun. 2009, p. 369-384.

LÓPEZ- R., Osvaldo. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: Capital humano e empreendedorismo como valores sociais**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

**Manual de Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): ano-base 2016**. – Brasília: MTE, SPPE, DES, CGET, 2016. 49p. Disponível em: [http://www.rais.gov.br/sitio/rais\\_ftp/ManualRAIS2016.pdf](http://www.rais.gov.br/sitio/rais_ftp/ManualRAIS2016.pdf). Acesso em: 20 Jan.2017

MEDEIROS, C. R. O. A. **Contribuição do Estágio Supervisionado para a Formação de Competências do Administrador**. Em IX SEMEAD Seminários de Administração - FEA/USP. São Paulo, 2006.

MENEZES-FILHO, N. **Educação e desigualdade**. In: LISBOA, M. Microeconomia e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: EPGE-FGV, 2001. p.13-49.

NARITA, R.; FERNANDES, R. **Instrução superior e mercado de trabalho no Brasil**. Revista Economia aplicada, São Paulo, v. 5, n. 1, 2001, p. 7-32.

SCHULTZ, T. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

\_\_\_\_\_ **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

\_\_\_\_\_ **Investindo no povo: O segredo econômico da qualidade da população**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

Universidade de Brasília: **Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI- 2014 à 2017**. Disponível em: [http://www.dpo.unb.br/documentos/PDI/PDI\\_2014-2017.pdf](http://www.dpo.unb.br/documentos/PDI/PDI_2014-2017.pdf). Acesso em: 26 Jul.2016.

Universidade de Brasília: **Anuário Estatístico da UnB 2016**. Período de 2011 a 2015. Disponível em:

[http://dpo.unb.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742](http://dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=56:anuario-estatistico&Itemid=742). Acesso em: Maio.2017.

Universidade de Brasília. **Relação de candidatos por vaga no vestibular de 2014**. Disponível em:

[http://www.cespe.unb.br/vestibular/VESTUNB\\_14\\_2/arquivos/VESTUNB\\_14\\_2\\_\\_DEMANDA\\_ATUALIZADA.PDF](http://www.cespe.unb.br/vestibular/VESTUNB_14_2/arquivos/VESTUNB_14_2__DEMANDA_ATUALIZADA.PDF). Acesso em: 10 Mar. 2017.

Universidade de Brasília. **Relação de candidatos por vaga no vestibular de 2015**. Disponível em:

[http://www.cespe.unb.br/vestibular/VESTUNB\\_15\\_2/arquivos/VESTUNB\\_15\\_2\\_\\_DEMANDA\\_\\_2\\_.PDF](http://www.cespe.unb.br/vestibular/VESTUNB_15_2/arquivos/VESTUNB_15_2__DEMANDA__2_.PDF). Acesso em: 10 Mar. 2017.

Universidade de Brasília. **Relação de candidatos por vaga no vestibular de 2016**. Disponível em:

[http://www.cespe.unb.br/vestibular/VESTUNB\\_16\\_2/arquivos/C\\_\\_PIA\\_DE\\_VESTUNB\\_16\\_2\\_\\_DEMANDA.PDF](http://www.cespe.unb.br/vestibular/VESTUNB_16_2/arquivos/C__PIA_DE_VESTUNB_16_2__DEMANDA.PDF). Acesso em: 10 Mar. 2017.

VIANA. G., LIMA. J.F. **Capital humano e crescimento econômico**. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010. p. 137-148.

ZULAUF, M. **Ensino superior e desenvolvimento de habilidades para a empregabilidade: explorando a visão dos estudantes**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 126-155.

## Apêndice

Os dados expressos a seguir, disponibilizados pelo Decanato de Planejamento e Orçamento DPO da Universidade de Brasília, tratam dos dados da RAIS e dos Egressos da UnB.

Curso	Tab.	Área	1995-2000 r	2001-2005 r	2006-2010 r	2011-2015 r
Eng.R.Com.(B)	Ambos	5	R\$ 24.220,44	R\$ 16.043,18	R\$ 12.108,59	R\$ 5.555,60
Rel.Int.(B)	Ambos	6	R\$ 22.405,63	R\$ 15.406,18	R\$ 12.193,64	R\$ 4.326,79
Co.Social	Ambos	11	R\$ 21.633,68	R\$ 10.652,80	R\$ 3.503,85	
C.Comp.(B)	Ambos	12	R\$ 19.558,86	R\$ 13.984,01	R\$ 10.761,92	R\$ 5.373,97
Dir.(B)	Ambos	6	R\$ 19.463,07	R\$ 16.358,32	R\$ 15.213,64	R\$ 10.044,88
Med.Vet.(B)	Ambos	3	R\$ 18.883,50	R\$ 10.243,50	R\$ 7.392,30	R\$ 3.889,56
C.Cont.(B)	Ambos	1	R\$ 18.702,41	R\$ 12.936,77	R\$ 9.968,48	R\$ 6.091,55
Co.Soc.Jorn.(B)	Ambos	11	R\$ 17.167,03	R\$ 12.756,58	R\$ 7.436,68	R\$ 5.009,45
Eng.Civil(B)	Ambos	2	R\$ 16.682,92	R\$ 13.446,88	R\$ 11.252,56	R\$ 7.305,68
Art.Plást.(B)	Ambos	4	R\$ 16.377,30	R\$ 7.558,26	R\$ 6.906,66	R\$ 4.025,25
C.Farm.(B)	Ambos	3	R\$ 16.372,30	R\$ 11.814,93	R\$ 8.275,86	R\$ 4.939,38
Adm. (B)	Ambos	1	R\$ 16.254,31	R\$ 12.676,50	R\$ 10.979,41	R\$ 5.139,79
Eng.Mec.(B)	Ambos	2	R\$ 15.835,01	R\$ 12.446,01	R\$ 11.127,56	R\$ 6.541,75

Estat.(B)	Ambos	13	R\$ 15.808,88	R\$ 10.343,26	R\$ 9.746,94	R\$ 6.036,82
Med.(B)	Ambos	3	R\$ 15.619,89	R\$ 14.705,29	R\$ 11.768,81	R\$ 9.252,10
Eng.El.(B)	Ambos	2	R\$ 15.274,88	R\$ 13.511,58	R\$ 11.800,81	R\$ 7.070,22
Bibl.(B)	Ambos	13	R\$ 15.186,00	R\$ 9.731,30	R\$ 7.138,43	R\$ 4.404,77
Co.Soc.P.P.(B)	Ambos	11	R\$ 15.042,41	R\$ 12.081,18	R\$ 8.474,10	R\$ 3.760,58
Filos.(L)	Ambos	7	R\$ 14.394,65		R\$ 7.843,47	R\$ 5.603,15
C.Econ.(B)	Ambos	1	R\$ 13.988,95	R\$ 15.128,15	R\$ 11.580,20	R\$ 7.317,15
Odont.(B)	Ambos	3	R\$ 13.780,19	R\$ 10.888,57	R\$ 8.157,12	R\$ 4.659,91
C.Bio.(B)	Ambos	5	R\$ 13.586,52	R\$ 13.881,20	R\$ 9.138,69	R\$ 5.599,41
Ing.(B)	Ambos	10	R\$ 13.405,18	R\$ 8.514,44	R\$ 6.957,26	R\$ 4.211,97
Psic.(B)	Ambos	3	R\$ 12.787,16	R\$ 12.184,75	R\$ 7.854,34	R\$ 5.230,60
Arq.Urb.(B)	Ambos	2	R\$ 12.773,88	R\$ 11.032,56	R\$ 7.879,52	R\$ 5.535,92
Filos.(B)	Ambos	7	R\$ 12.769,78	R\$ 11.800,08	R\$ 9.050,47	R\$ 9.633,33
Mat.(B)	Ambos	9	R\$ 12.702,17	R\$ 10.935,29	R\$ 7.139,91	R\$ 6.125,51
Enferm.(B)	Ambos	3	R\$ 12.471,47	R\$ 10.535,13	R\$ 8.687,57	R\$ 3.615,47
Trad.Ing.(B)	Ambos	10	R\$ 12.163,61	R\$ 8.399,09	R\$ 7.059,84	R\$ 4.707,78



Ing.(L)	Ambos	10	R\$ 11.985,05	R\$ 7.193,74	R\$ 7.751,26	R\$ 3.331,93
Comp.(L)	Ambos	12	R\$ 11.976,10	R\$ 11.225,52	R\$ 8.897,88	R\$ 5.718,21
Hist.(B)	Ambos	9	R\$ 11.929,55	R\$ 8.126,97	R\$ 6.724,38	R\$ 4.755,27
Port.(B)	Ambos	10	R\$ 11.884,66	R\$ 9.733,83	R\$ 7.360,54	R\$ 5.025,70
C.Pol.(B)	Ambos	6	R\$ 11.853,96	R\$ 13.027,01	R\$ 9.947,22	R\$ 6.115,38
C.Bio.(L)	Ambos	5	R\$ 11.647,59	R\$ 8.965,29	R\$ 7.910,15	R\$ 4.060,83
Esp.(L)	Ambos	10	R\$ 11.513,94	R\$ 7.702,74	R\$ 7.043,89	R\$ 4.185,39
Esq.	Ambos	13	R\$ 11.351,43			
Hist.(L)	Ambos	9	R\$ 11.280,57	R\$ 8.695,42	R\$ 8.829,17	R\$ 5.436,82
Nutr.(B)	Ambos	3	R\$ 11.258,66	R\$ 9.613,46	R\$ 8.169,27	R\$ 3.681,67
Arquiv.(B)	Ambos	13	R\$ 11.232,59	R\$ 10.082,18	R\$ 7.603,74	R\$ 4.556,45
Eng.Fl.(B)	Ambos	2	R\$ 11.190,35	R\$ 8.913,56	R\$ 7.955,16	R\$ 4.745,53
C.Soc.Soc.(B)	Ambos	7	R\$ 11.012,56	R\$ 8.551,90	R\$ 8.214,36	R\$ 5.048,47
Mat.(L)	Ambos	9	R\$ 10.777,32	R\$ 10.407,29	R\$ 8.207,65	R\$ 4.588,99
D.I.P.V.(B)	Ambos	2	R\$ 10.723,17	R\$ 7.665,66	R\$ 7.661,85	R\$ 4.706,98
Fís.(L)	Ambos	5	R\$ 10.664,50	R\$ 8.704,06	R\$ 8.062,42	R\$ 4.972,46

Eng.Mecat.(B)	Ambos	2	R\$ 10.662,90	R\$ 13.221,68	R\$ 10.468,93	R\$ 6.818,72
Ed.Fís.(L)	Ambos	9	R\$ 10.606,43	R\$ 8.010,82	R\$ 5.771,17	R\$ 3.412,89
Port.(L)	Ambos	10	R\$ 10.547,78	R\$ 8.768,14	R\$ 7.505,45	R\$ 4.731,21
Fís.(B)	Ambos	5	R\$ 10.467,29	R\$ 10.101,06	R\$ 8.365,04	R\$ 4.107,23
Quím.(B)	Ambos	5	R\$ 10.462,68	R\$ 10.279,16	R\$ 7.174,16	R\$ 4.572,18
Geol.(B)	Ambos	5	R\$ 10.214,34	R\$ 11.665,08	R\$ 10.756,61	R\$ 6.839,84
E.A.Mús.(L)	Ambos	4	R\$ 10.101,62	R\$ 6.215,75	R\$ 5.207,50	R\$ 4.195,77
Agr.(B)	Ambos	8	R\$ 10.076,69	R\$ 9.351,51	R\$ 8.181,31	R\$ 4.556,38
C.Soc.(L)	Ambos	7	R\$ 9.956,73	R\$ 8.084,31	R\$ 5.299,15	R\$ 4.372,00
Geog.(B)	Ambos	9	R\$ 9.432,03	R\$ 7.716,11	R\$ 7.112,66	R\$ 4.246,10
Serv.Social(B)	Ambos	3	R\$ 9.280,76	R\$ 8.686,70	R\$ 7.287,41	R\$ 3.888,73
Trad.Francês(B)	Ambos	10	R\$ 9.119,89	R\$ 10.265,47	R\$ 7.391,32	R\$ 9.334,50
Geog.(L)	Ambos	9	R\$ 9.118,63	R\$ 9.597,82	R\$ 6.775,60	R\$ 2.974,59
Quím.(L)	Ambos	5	R\$ 8.852,85	R\$ 8.228,10	R\$ 6.469,51	R\$ 4.593,09
Ped.	Ambos	9	R\$ 8.850,53	R\$ 7.578,46	R\$ 5.340,83	
Jap.(L)	Ambos	10	R\$ 8.623,93	R\$ 7.848,26	R\$ 7.539,21	R\$ 4.483,94

Ped.(L)	Ambos	9	R\$ 8.599,13	R\$ 7.421,26	R\$ 5.937,75	R\$ 3.784,21
Edu.Art.	Ambos	4	R\$ 8.596,88	R\$ 6.235,56		
E.A.Cên.(L)	Ambos	4	R\$ 8.477,30	R\$ 5.500,54	R\$ 5.087,80	R\$ 4.928,98
Fran.(L)	Ambos	10	R\$ 8.157,01	R\$ 7.291,29	R\$ 6.045,42	R\$ 4.231,38
Art.Cên.(B)	Ambos	4	R\$ 7.588,71	R\$ 7.859,11	R\$ 5.550,83	R\$ 2.682,91
Art.Cên.(L)	Ambos	4	R\$ 7.383,63	R\$ 4.587,79	R\$ 5.045,46	R\$ 3.362,47
Mús.(B)	Ambos	4	R\$ 6.996,26	R\$ 5.942,41	R\$ 4.931,30	R\$ 3.840,70
Psic.(L)	Ambos	3	R\$ 6.775,55	R\$ 7.267,64	R\$ 4.932,05	R\$ 4.722,40
C.Soc.Antr.(B)	Ambos	7	R\$ 6.648,58	R\$ 8.534,97	R\$ 6.688,21	R\$ 3.798,78
C.Soc.C.Soc.(B)	Ambos	7	R\$ 5.773,81	R\$ 9.833,75	R\$ 7.860,67	R\$ 5.781,34
Art.Plást.(L)	Ambos	4		R\$ 7.660,49	R\$ 6.379,23	R\$ 3.541,90
Biotec.(B)	Ambos	13				R\$ 2.478,79
C.Amb.(B)	Ambos	5			R\$ 8.283,67	R\$ 4.098,28
C.Nat.(L)	Ambos	5			R\$ 4.196,62	R\$ 2.612,27
Co.Org.(B)	Ambos	11				R\$ 3.408,15
Co.Soc.Audv.(B)	Ambos	11		R\$ 2.009,24	R\$ 5.916,68	R\$ 3.866,30

D.I.P.P.(B)	Ambos	2		R\$ 6.243,44	R\$ 5.650,62	R\$ 2.562,77
Edu.Camp.(L)	Ambos	8			R\$ 1.437,24	R\$ 1.852,95
Edu.Fís.(B)	Ambos	9				R\$ 2.790,36
Eng.Amb.(B)	Ambos	2			R\$ 933,00	R\$ 3.806,74
Eng.Aut.(B)	Ambos	2				R\$ 2.455,80
Eng.Comp.(B)	Ambos	12			R\$ 4.325,68	R\$ 3.208,46
Eng.Energ.(B)	Ambos	2				R\$ 3.285,54
Eng.Prod.(B)	Ambos	2			R\$ 5.938,81	R\$ 3.676,87
Eng.Soft.(B)	Ambos	12				R\$ 5.143,72
Eng.Eletr.(B)	Ambos	2				R\$ 3.447,82
Farm.(B)	Ambos	3			R\$ 3.111,56	R\$ 3.681,81
Fís.Comp.(B)	Ambos	5		R\$ 10.896,81	R\$ 9.035,36	R\$ 3.598,66
Fisio.(B)	Ambos	3			R\$ 2.307,57	R\$ 2.366,58
GeoFís.(B)	Ambos	5			R\$ 1.567,82	R\$ 3.349,11
Gest.Amb.(B)	Ambos	8			R\$ 3.935,73	R\$ 3.429,03
Gest.Pol.Públ.(B)	Ambos	1			R\$ 5.628,55	R\$ 6.232,29

Gest.Sd.Col.(B)	Ambos	3			R\$ 1.287,78	R\$ 4.023,33
Gest.Agror.(B)	Ambos	8			R\$ 4.754,28	R\$ 2.968,72
Fran. (B)	Ambos	10		R\$ 10.520,08	R\$ 8.387,33	R\$ 3.567,56
Líng.Estr.Ap.(B)	Ambos	10				R\$ 2.980,15
Líng.Sinais(L)	Ambos	10		R\$ 6.340,33	R\$ 5.388,75	R\$ 3.065,73
Trad.Esp.(B)	Ambos	10			R\$ 2.821,14	R\$ 3.821,25
Museo.(B)	Ambos	13			R\$ 4.010,63	R\$ 4.381,13
Mús.(L)	Ambos	4				R\$ 2.776,30
Mús.Canto(B)	Ambos	4		R\$ 2.156,11	R\$ 6.404,14	R\$ 1.485,04
Mús.Comp.(B)	Ambos	4		R\$ 12.355,64	R\$ 5.082,72	R\$ 5.086,46
Mús.Reg.(B)	Ambos	4		R\$ 13.299,12	R\$ 5.530,56	R\$ 8.200,51
Ped.Prof.In.	Ambos	9		R\$ 9.430,33	R\$ 2.444,22	R\$ 2.057,49
Quím.Tec.(B)	Ambos	5				R\$ 1.970,61
S.Colet.(B)	Ambos	3			R\$ 3.144,35	R\$ 2.554,13
Ter.Ocup. (B)	Ambos	3			R\$ 4.565,24	R\$ 3.203,16
Tur.(B)	Ambos	13				R\$ 2.801,29

<b>ESTATÍSTICAS REMUNERAÇÕES</b>		<b>DAS</b>	<b>1995-2000 r</b>	<b>2001-2005 r</b>	<b>2006-2010 r</b>	<b>2011-2015 r</b>
Média (ponderada)			R\$ 12.379,80	R\$ 9.817,83	R\$ 7.072,21	R\$ 4.495,58
Máxima			R\$ 24.220,44	R\$ 16.358,32	R\$ 15.213,64	R\$ 10.044,88
Mínima			R\$ 5.773,81	R\$ 2.009,24	R\$ 933,00	R\$ 1.485,04
Dif. Max. Min.			R\$ 18.446,63	R\$ 14.349,08	R\$ 14.280,64	R\$ 8.559,84
Mediana			R\$ 11.513,94	R\$ 9.731,30	R\$ 7.230,79	R\$ 4.231,38
Desvio padrão a partir de uma amostra			R\$ 3.872,16	R\$ 2.886,69	R\$ 2.662,61	R\$ 1.635,14
Desvio médio			R\$ 3.000,39	R\$ 2.275,82	R\$ 2.023,66	R\$ 1.203,60
Intervalo de confiança			R\$ 309,96	R\$ 219,06	R\$ 183,29	R\$ 107,63